



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 088

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 07 DE AGOSTO DE 2007

ANO XXXII

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

LUCIANA RAFAGNIN
2ª Secretária - PT

LUIZ ACCORSI
3º Secretário - PSDB

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

CHICO NOROESTE
5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo *Luiz Claudio Romanelli*
Líder da Oposição *Valdir Rossoni*
PMDB *Waldyr Pugliesi*
PSDB *Ademar Traiano*
Democratas *Plauto Miró*
PT *Elton Welter*
PP *Duílio Genari*
PDT *Luiz Carlos Martins*
PTB *Fábio Camargo*
Bloco PPS/PMN *Marcelo Rangel*
Bloco PSB/PL/PRB/PV *Reni Pereira*

Representação Partidária

PMDB - 16: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mamede - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Malucelli - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Luizão - Tadeu Veneri; **Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 03: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 03: Carlos Simões - Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PL** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira; **Sem Partido** - 01: Geraldo Cartário

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 088

79ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva 02

Presenças 02

Abertura da Sessão 03

Expediente:

Ofícios 03

Indicações 03

Requerimentos 06

Projetos de Lei 11

Pequeno Expediente:

Dep. Jocelito Canto 17

Dep. Reni Pereira 20

Dep. Marcelo Rangel 21

Tadeu Veneri 23

Horário das Lideranças:

Liderança do PTB

Dep. Jocelito Canto 18

Liderança do Bloco PSB/PL/PRB/PV

Dep. Reni Pereira 20

Liderança da Oposição

Dep. Marcelo Rangel 22

Liderança do Bloco PPS/PMN

Dep. Douglas Fabrício 24

Liderança dos Democratas

Dep. Elio Rusch 25

Liderança do PP

Dep. Antonio Belinati 26

Liderança do PT

Dep. Elton Welter 27

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 28

Discussão/Votação

Redação Final 29

3ª Discussão 29

1ª Discussão 29

Requerimentos 39

Encerramento da Sessão 40

Publicações:

Diretoria Geral

Portarias 40

Atas de Comissões

Redação 40

Publicações Administrativas:

Aditivo Contratual 41

Prorrogação Contratual 41

Balancete Financeiro

Junho/07 41

DIÁRIO Nº 088

79ª SESSÃO ORDINÁRIA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA

16ª LEGISLATURA

ATA DA 79ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM

07 DE AGOSTO DE 2007

(terça-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelos Srs. Deputados Edgar Bueno e Jocelito Canto.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Ademar Traiano, Antonio Belinati, Beti Pavin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Dobrandino da Silva,

Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edson Strapasson, Elio Rusch, Elton Welter, Francisco Bühner, Geraldo Cartário, Jocelito Canto, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Malucelli, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mamede, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Nereu Moura, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi, Pastor Edson Praczyk, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Luizão, Reni Pereira, Ribas Carli Filho, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (51).

Ausentes os Srs. Deputados: Artagão Júnior, Cleiton Kielse e Fábio Camargo (03).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Ofícios

Sob o nº 518/2007-GP do Sr. J. Vidal Coelho, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, encaminhando para apreciação desta Assembléia, Anteprojeto de Lei que dispõe sobre o reajuste de 3,14% (três vírgula quatorze por cento), a partir de 1º de janeiro de 2007, sobre os valores dos vencimentos básicos dos servidores ativos e inativos do quadro efetivo do referido Tribunal de Justiça do Estado. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 1158/07/GAB do Sr. Milton Riquelme de Macedo, Procurador Geral de Justiça do Estado, em resposta ao pedido de informações, requerido pelo Deputado Jocelito Canto, que pede esclarecimentos sobre despesas de pessoal e encargos gastos em 2006 pelo Ministério Público. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o nº 1191/07/GAB do Sr. Milton Riquelme de Macedo, Procurador Geral de Justiça do Estado, em resposta ao pedido de informações, requerido pelo Deputado Jocelito Canto, que pede esclarecimentos sobre “as contas pagas pelo Ministério Público em 2006 e cópias dos referidos documentos”. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o nº CEE/CC 1405/07 do Sr. Rafael Iatauro, Chefe da Casa Civil do Estado, em resposta ao pedido de informações, requerido pelo Deputado Elio Rusch, que pede esclarecimentos sobre o Hospital Colônia Adauto Botelho. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o nº CEE/CC 1456/07 do Sr. Rafael Iatauro, Chefe da Casa Civil do Estado, em resposta ao pedido de informações, requerido pela Deputada Cida Borghetti, que pede esclarecimentos sobre a política de incentivo à instalação de guardas municipais nos municípios do Paraná. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o nº 388/GS do Sr. Rogério Wallbach Tizzot, Secretário de Estado dos Transportes, em resposta ao pedido de informações, requerido pelo Deputado Ney Leprevost, que pede esclarecimentos sobre o flutuante Cabrea que se encontrava em Paranaguá. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Indicações

INDICAÇÃO Nº 241/07

SÚMULA:

Propõe o aumento do contingente de no mínimo 02 policiais e ronda ostensiva no distrito de Ourilândia - município de Barbosa Ferraz.

Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública.

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - O aumento do contingente de no mínimo 02 policiais e ronda ostensiva no distrito de Ourilândia - município de Barbosa Ferraz;

II - A determinação de ronda ostensiva nas proximidades;

III - O aumento da estrutura de segurança, como carro e combustível;

IV - A insegurança atingiu patamar por demais elevado requerendo medidas urgentes. A necessidade de segurança é ampliada por ser uma área rural de altíssimo risco de assaltos;

V - Faz mais de dois anos que o distrito não conta mais com o serviço de segurança militar, inclusive na época faltava combustível;

VI - A população local é assim distribuída: rural: 856, urbana: 820. Total de habitantes na localidade: 1.676, casas: rural: 228, urbana: 240. Total: 468, propriedades agrícolas: 353;

VII - O atendimento quanto ao aumento do contingente e o acirramento das rondas ostensivas trarão enormes benefícios a toda a comunidade.

Ainda aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 07.08.07.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

INDICAÇÃO Nº 242/07

SÚMULA:

Propõe atenção especial no atendimento da necessidade de um veículo - ambulância - para o distrito de Ourilândia - município de Barbosa Ferraz.

Senhor Secretário de Estado da Saúde e Bem Estar Social.

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - Atenção especial no atendimento da necessidade de um veículo - ambulância - para o distrito de Ourilândia - município de Barbosa Ferraz;

II - O transporte de pessoas doentes necessita de amparo do Estado e, no entanto a localidade não dispõe destes serviços por falta absoluta do veículo;

III - A população local é assim distribuída: rural: 856, urbana: 820. Total de habitantes na localidade: 1.676, casas: rural: 228, urbana: 240. Total: 468, propriedades agrícolas: 353;

IV - O atendimento quanto ao aumento do contingente e o acirramento das rondas ostensivas trarão enormes benefícios a toda a comunidade.

Ainda aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 07.08.07.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

INDICAÇÃO Nº 243/07

SÚMULA:

Propõe o fornecimento de uma bomba de infusão digital, para o Hospital de Caridade Dr. Darcy Vargas da cidade de Rebouças.

Felipe Lucas, Deputado Estadual, que este subcreve, vem, respeitosamente, perante o Secretário de Estado da Saúde, Sr. Cláudio Murilo Xavier, solicitar:

Fornecimento de uma bomba de infusão digital, para o Hospital de Caridade Dr. Darcy Vargas do município de Rebouças.

Protocolo nº 9.640.137-0 - 18/07/2007.

Sala das Sessões, em 07.08.07.

(a) FELIPE LUCAS

JUSTIFICATIVA:

A bomba eletrônica digital, proporciona segurança para o usuário e o operador, com um teclado de comando como interface para o programa da infusão, permitindo controlar a velocidade (fluxo) por tempo ou volume a ser infundido por tempo. Alguns modelos possuem ainda um banco de memória com as dosagens e diluições das principais drogas e soros hidratantes ou nutritivos, permitindo maior facilidade na programação. Com certeza o fornecimento deste equipamento proporcionará segurança para o atendimento dos pacientes que necessitam do atendimento nesta casa de saúde.

INDICAÇÃO Nº 244/07

SÚMULA:

Propõe o fornecimento de equipamentos agrícolas para a comunidade de Tijuco Preto no município de Prudentópolis.

Felipe Lucas, Deputado Estadual, que este subcreve, vem, respeitosamente, perante o Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento, Sr. Valter Bianchini, solicitar:

Um classificador de sementes, um descascador de arroz, um triturador marca Nogueira, destinados ao distrito de Tijuco Preto, município de Prudentópolis.

Protocolo nº 9.640.136-1 - 18/07/2007.

Sala das Sessões, em 07.08.07.

(a) FELIPE LUCAS

JUSTIFICATIVA:

Com este pequeno investimento, a comunidade de Tijuco Preto composta por 105 associados e 450 propriedades rurais, em sua grande maioria de pequeno porte e diversas comunidades poderá através de boa administração dos equipamentos proporcionar melhor aproveitamento de suas produções, melhorando com isto a renda final.

Sendo o que se apresenta para o momento, renovo meus protestos de elevada estima e consideração.

INDICAÇÃO Nº 245/07

SÚMULA:

Propõe a celebração de convênio com o CONFAZ - Conselho Nacional de Política Fazendária - no sentido de promover a isenção ou redução da alíquota do ICMS para os medicamentos e insumos hospitalares para as instituições que atendem pelo SUS.

Ao Exmo. Senhor Secretário de Estado da Fazenda.

O Deputado Estadual infra assinado, no uso de suas atribuições constitucionais, vem respeitosamente, através desta indicação legislativa, sugerir a iniciativa de V. Exa. no sentido de que proceda, a celebração de convênio com o CONFAZ - com escopo de conceder isenção, ou, caso não seja possível, a redução da alíquota do ICMS para os medicamentos e insumos hospitalares para as instituições que atendem pelo SUS.

A isenção do ICMS concedida aos insumos e medicamentos hospitalares às instituições que atendem pelo Sistema Único de Saúde se faz necessária na medida em que estes hospitais são indispensáveis ao atendimento das populações carentes, dependentes do atendimento hospitalar público. Portanto, a redução da carga tributária para tais insumos concedidos às instituições hospitalares vem de encontro ao interesse público, na medida em que será corolário de uma ampliação do atendimento à população carente dependente do SUS.

Sala das Sessões, em 07.08.07.

(a) ELIO RUSCH

INDICAÇÃO Nº 246/07

Exmo. Sr. Governador do Estado, Exmo. Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública.

O Deputado Alexandre Curi dirige-se aos Exmos. Srs. para expor e reivindicar o seguinte:

I - Por intermédio da presente solicitamos os bons ofícios de V. Exa. no sentido de viabilizar o enquadramento dos funcionários do NUCRIA - Núcleo de Proteção à Criança e aos Adolescentes Vítimas de Crimes, que por sucessivas gestões ficaram esquecidos e foram prejudicados não recebendo as gratificações concedidas ao Sistema Penitenciário sendo que desenvolvem ações deste e, não recebem as gratificações concedidas ao Sistema de Saúde do qual também desenvolvem diversos procedimentos.

II - Na área de saúde os componentes da Equipe Multidisciplinar do NUCRIA - Núcleo de Proteção à Criança e aos Adolescentes Vítimas de Crimes, atuando como ambulatório de atendimento a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual, física ou psicológica, além de prestar auxílio nas investigações policiais.

III - Os funcionários do NUCRIA, no exercício de suas atribuições, labutam de maneira contínua e direta com pessoas em estado de extrema fragilidade emocional, atuam até mesmo em casos que fica patentemente evidenciada a agressão sofrida pela criança nas marcas em seu próprio corpo. Também, ressalte-se que os funcionários deste órgão praticam trabalhos junto aos possíveis agressores das crianças atendidas, sendo comum o profissional permanecer em contato com o noticiado em sala fechada, portanto, exposto a risco de agressão física. Por conta disso, a natureza do trabalho realizado por estes profissionais não difere de tantas outras realizadas em unidades da Secretaria de Saúde, onde todos os funcionários recebem, têm direito ao GAE/GAS.

IV - Estas ações de exposição ao risco contemplam como é de seu conhecimento, outro segmento da Secretaria de Segurança Pública com a Gratificação de Zonas aos funcionários do Sistema Penitenciário, e que neste órgão nenhum funcionário é contemplado.

V - Considerando que os funcionários do Sistema Penitenciário recebem Gratificação de Atividade Específica - GAE e ou Gratificação de Atividades de Saúde - GAS, os servidores do NUCRIA - Núcleo de Proteção à Criança e aos Adolescentes Vítimas de Crimes entendem que realizam trabalhos de interface que contemplam os dois sistemas: a Saúde e o Penitenciário.

VI - Diante do exposto, aguardamos vossa posição na revisão dos critérios da não inclusão do NUCRIA, nas gratificações acima citadas.

VII - Apresentamos a presente proposição com o objetivo de alcançar de maneira equânime e justa os benefícios referentes aos trabalhos prestados pelos funcionários do NUCRIA, com os dos demais funcionários de outros órgãos do estado do Paraná, que ao realizar fun-

ções semelhantes, já percebem a título de proventos o GAE/GAS.

Destacamos que o disposto na presente trará igualdade, não somente de benefícios, mas também de condições, afastando definitivamente a existência de possíveis privilégios de uma classe de funcionários de um ente público estadual, em detrimento de outra, que porventura, não recebam o GAE/GAS.

Faz-se mister destacar que a concessão do benefício acima citado, os funcionários do NUCRIA, acarretará uma aproximação ao princípio constitucional da isonomia entre os funcionários do NUCRIA e demais funcionários de órgãos que já tenham garantido o direito a receber o GAE/GAS.

Sala das Sessões, em 07.08.07.

(a) ALEXANDRE CURI

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 2293

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais e nos termos do artigo nº 158 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a retirada do Projeto de Lei nº 178/07, item 05 da Ordem do Dia desta data, por 10 (dez) Sessões.

Sala das Sessões, em 07.08.07.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

REQUERIMENTO Nº 2253

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o uso do Grande Expediente da Sessão Ordinária do dia 14 de agosto de 2007, onde será prestado homenagem aos 40 anos do CIEE/PR (Centro de Integração Empresa-Escola do Paraná).

Sala das Sessões, em 07.08.07.

(a) OSMAR BERTOLDI

REQUERIMENTO Nº 2256

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido nos Anais desta Casa, Moção pela Paz Mundial, a propósito da passagem dos 62 anos da catástrofe de Hiroshima, no Japão, quando uma bomba atômica exterminou mais de 100 mil pessoas e 3 dias depois, na cidade de Nagasaki, onde outras 80 mil pessoas perdiam a vida, no maior crime de guerra do mundo.

Hoje, num momento de reflexão, a humanidade repudia, diante desse quadro horroroso todo e qualquer tipo de guerra, onde a população inocente paga o mais alto preço pelas desavenças políticas entre países divergentes.

Sala das Sessões, em 07.08.07.

(a) LUIZ NISHIMORI

JUSTIFICATIVA:

Eram 8h16min8s do dia 06 de agosto de 1945. A interrogação foi a primeira reação de um dos tripulantes do Elona Gay, após presenciar a devastação produzida pela primeira bomba atômica jogada sobre a cidade povoada.

Elona Gay foi o nome do avião norte-americano B-29, pelo seu comandante, em homenagem à sua própria mãe. A cidade era Hiroshima, no Japão, que desapareceu debaixo de uma nuvem em forma de cogumelo. As notícias sobre a cidade eram desconhecidas e ninguém sabia exatamente o que ocorreria. No dia 9 (três dias depois), outra bomba atômica foi lançada sobre a cidade de Nagasaki. Nos aviões com gente treinada, ninguém sabia o que transportava.

Morreram 100 mil pessoas em Hiroshima e outras 80 mil em Nagasaki - 180 mil pessoas em duas cidades em apenas 3 dias de diferença. As vítimas eram civis, cidadãos comuns, já que nenhuma das duas cidades atacadas era alvo militar muito importante. O cenário histórico dessa tragédia permanece até hoje na memória de milhares de japoneses. Era a guerra no Pacífico, entre Estados Unidos e Japão, no contexto do final da Segunda Guerra Mundial.

Que este documento - inserido nos Anais desta Casa - represente a preocupação deste Parlamentar e da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, com a Paz Mundial.

REQUERIMENTO Nº 2268

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, à Mesa Executiva da Assembléia Legislativa, realização do Ato de Lançamento da Frente Parlamentar Estadual para a integração Brasil-China no estado do Paraná, na data de 14 de agosto de 2007, às 9h30, no Plenarinho.

Sala das Sessões, em 07.08.07.

(a) MAMEDE

REQUERIMENTO Nº 2281

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, anexação ao Projeto de Lei nº 042/07, de minha autoria, e os Projetos de Lei nºs 281/07, 291/07, 513/07, 140/07, 255/07, 473/07, 481/07 e 007/07, por se tratarem de matéria conexa.

Sala das Sessões, em 07.08.07.

(a) MAURO MORAES

REQUERIMENTO Nº 2289

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o soberano Plenário, a realização de uma Audiência Pública para tratar de assuntos relacionados ao lixo tecnológico no estado do Paraná, à realizar-se no plenário

desta Casa de Leis, no dia 21 de agosto, no período das 9h30 às 12h00.

Sala das Sessões, em 07.08.07.

(aa) LUIZ MALUCCELLI

ROSANE FERREIRA

PASTOR EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO Nº 2292

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual infra-assinado, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o desarquivamento do Projeto de Lei nº 290/06, que tem como escopo declarar de utilidade pública o Sindicato dos Trabalhadores Rurais com sede no município de Vera Cruz do Oeste e foro na comarca de Matelândia, estado do Paraná.

O referido projeto de lei, de autoria do Deputado que este subscreve, foi arquivado a pedido do próprio autor, mas já encontra-se em condições de ser reapresentado.

Cumulado ao desarquivamento, requer-se também o envio do projeto arquivado, pela diretoria legislativa, ao gabinete do autor para que se proceda a anexação dos documentos necessários.

Sala das Sessões, em 07.08.07.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 2301

Senhor Presidente:

Vimos por meio deste solicitar o uso do plenarinho da Assembléia Legislativa para a realização da Audiência Pública em defesa da Seguridade Social, no dia 14 de setembro de 2007 às 09h00.

Sala das Sessões, em 07.08.07.

(a) TADEU VENERI

REQUERIMENTO Nº 2306

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, anexação ao Projeto de Lei nº 042/07 de minha autoria, os Projetos de Lei nºs 281/07, 255/07 e 264/07, por se tratarem da mesma matéria - isenção de pagamento de pedágio de motocicletas e similares.

Sala das Sessões, em 07.08.07.

(a) MAURO MORAES

REQUERIMENTO Nº 2258

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando das suas atribuições regimentais, REQUER seja inserido nos anais desta Casa, votos de pesar pelo falecimento da Sra. Evarista Soares Guimarães, com 92 anos de idade, na cidade de Maringá, vítima de um atropelamento.

Dona Evarista era viúva, do lar, e deixa 4 filhas, 8 netos e 1 bisneta.

À família enlutada, as sinceras condolências deste Poder Legislativo.

Sala das Sessões, em 07.08.07.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 2259

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão Legislativa de hoje, para que fique registrada para a posteridade, voto de profundo pesar pelo falecimento do ex-Deputado Estadual Dr. Luiz Roberto Nogueira Soares.

Requer outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência a família enlutada.

Sala das Sessões, em 07.08.07.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Faleceu nesta capital em data de ontem, aos 66 anos de idade, o ex-Deputado Estadual Dr. Luiz Roberto Nogueira Soares.

Nasceu em Porto União, dia 17 de setembro de 1941. Era filho do também ex-Deputado Estadual, o saudoso médico Dr. Lauro Muller Soares e de Dona Antonia.

Luiz Roberto, foi Deputado Estadual no período de 1975 a 1978, sendo Líder do Governo Dr. Jaime Canet, reelegeu-se para o período 1979 à 1982, como um dos Parlamentares mais votados. No 2º mandato foi designado pelo Governador Ney Braga para a sua equipe, exercendo os cargos de Secretário de Estado da Cultura, do Esporte e de Chefe do Governo. Era bacharel em Direito.

Deixou viúva Dona Yara, 2 filhos e 3 netos. O passamento do Dr. Luiz Roberto Nogueira Soares, veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como seu vasto círculo de amigos dentre eles este Parlamentar.

O destino roubou-o do convívio de seus entes queridos, de seus amigos... Resta-nos, todavia um consolo: é a certeza de que viveu uma vida honrada dedicada à família, aos amigos e ao trabalho. Um vácuo imenso nos invade a alma, e nossa inteligência recusa-se a acreditar no inevitável. Sua família, a família que o adorava, despediu-se em lágrimas dizendo que poderá repousar tranquilo, pois saberá honrar seu nome e cultuar sua memória. Imploramos ao Pai Celeste, que nossos amigos e familiares do Dr. Luiz Roberto Nogueira Soares, encontrem na fé e na esperança o consolo necessário neste momento tão difícil.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, através deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Nogueira Soares, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 2260

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Eolo Doná, ocorrido no dia 30 de julho passado.

Sala das Sessões, em 07.08.07.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2261

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Felix Nabosny, ocorrido no dia 30 de julho passado.

Sala das Sessões, em 07.08.07.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2262

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Tereza Viencoski Baier, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 07.08.07.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2263

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Jacó Gorte, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 07.08.07.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2264

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Gessi Macedo, ocorrido em 30 de julho passado.

Sala das Sessões, em 07.08.07.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2265

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Paulo Pedroso, ocorrido no dia 1º de agosto passado.

Sala das Sessões, em 07.08.07.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2266

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra.

Alda Osternack Pedroso, ocorrido no dia 03 de agosto passado.

Sala das Sessões, em 07.08.07.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2267

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Valdemar Hilgemberg, ocorrido no dia 03 de agosto passado.

Sala das Sessões, em 07.08.07.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2290

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado para posteridade, na ata dos trabalhos da Sessão Legislativa de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do ex-Deputado Luiz Roberto Nogueira Soares.

Sala das Sessões, em 07.08.07.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

REQUERIMENTO Nº 2295

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro de votos de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Nelson Tuma.

Requer, seja dada ciência à família enlutada, à R. Marechal Deodoro, 832 - Ponta Grossa/PR.

Sala das Sessões, em 07.08.07.

(a) MARCELO RANGEL

REQUERIMENTO Nº 2296

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro de votos de profundo pesar pelo falecimento da Sra. Vilma Urban.

Requer, seja dada ciência à família enlutada, à R. Éster Kenelmeier, 66 - CEP 84050-030 - Ponta Grossa/PR.

Sala das Sessões, em 07.08.07.

(a) MARCELO RANGEL

REQUERIMENTO Nº 2297

Senhor Presidente:

O Deputado Duílio Genari, que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, registro de votos de pesar pelo falecimento do Sr. Rômulo Martinelli, ocorrido nesta data, na capital do estado do Paraná.

As origens históricas da formação do núcleo inicial, do que hoje se constitui o município de Toledo, estão intimamente ligadas à Industrial Madeireira e Colonizadora Rio Paraná S/A - Maripá.

Rômulo Martinelli era Diretor da Colonizadora Maripá até a data de seu falecimento, que juntamente com Angelo Costamilan, continuaram com sabedoria e inteligência dar continuidade ao sonho e realidade dos pioneiros fundadores, famílias Dalcanale, Willy Barth e Ruaro, que desde 13 de maio de 1946, vislumbraram uma região de terra excelente e promissora. Acreditando no trabalho, anteviram o progresso de Toledo e o crescimento e o desenvolvimento da região oeste do Paraná.

Mais um pioneiro que falece, deixando a cidade de Toledo e região oeste tristes, enlutadas e com saudade.

Pessoa destacada, empresário respeitado e admirado, não só pela sua capacidade profissional, e sim pelo caráter, o modo de ser, de sentir e agir como cidadão responsável e preocupado com tudo que dizia respeito ao bem coletivo.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, se associa ao luto e à dor da família, transmitindo as condolências para a esposa, filhos e netos, parentes, Diretores, funcionários e sócios da empresa Maripá, bem como, para a população de Toledo e região.

Outrossim, requer que seja encaminhado à família e à empresa a decisão desta Casa de Leis, nas pessoas de: Denise Dalcanale Martinelli, Av. Sete Setembro, 6383 - apto. 301-A CEP 80240-001 - Curitiba/PR e Ângelo Costamilan, Diretor da Maripá, R. Guarani, 1460 CEP 85900-190 - Toledo/PR.

Sala das Sessões, em 07.08.07.

(a) DUÍLIO GENARI

REQUERIMENTO Nº 2254

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após a manifestação do soberano Plenário, seja inserido, na ata da Sessão de hoje, voto de congratulações à diretoria da Associação Amigos do Museu, que, com competência e grande amor à preservação de nossa história, tem dirigido o Museu Histórico de Londrina, instalado no antigo prédio da Estação Ferroviária. Sob o comando de dona Ignês Dequech Álvares, esse museu transformou-se num verdadeiro cartão postal da cidade, estando registrada ali a história dos pioneiros que, com suor, ajudaram a construir Londrina, uma das cidades mais imponentes do Brasil. Estão no museu, também, muitos instrumentos utilizados nas primeiras construções do município, que conta, atualmente, com uma população de cerca de 500 mil habitantes. Vale registrar que todos os membros da Associação Amigos do Museu trabalham como voluntários e voluntárias. No próximo dia 21, o Reitor Wilmar Sachetin Marçal, o Vice-Reitor César Antonio Caggiano Santos, o Diretor do Museu, Willian Meirelles e a Presidente da

Associação Amigos do Museu estarão realizando o Dia do Pioneiro, fato que merece, igualmente, receber o louvor e o reconhecimento desta Casa de Leis, com votos de pleno êxito no evento.

Requeiro que a homenagem desta Assembléia seja comunicada à R. Benjamin Constant, 900, Londrina.

Sala das Sessões, em 07.08.07.

(a) ANTONIO BELINATI

REQUERIMENTO Nº 2257

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, seja inserido nos Anais desta Casa voto de congratulações pela realização do 18º Festival Nipo Brasileiro de Maringá, promovido pela Associação Cultural e Esportiva de Maringá - ACEMA, nos dias 04 a 12 de agosto de 2007 na Cidade Canção.

Sala das Sessões, em 07.08.07.

(a) LUIZ NISHIMORI

JUSTIFICATIVA:

O Festival Nipo Brasileiro de Maringá, é promovido há 18 anos pela ACEMA, apresentando sempre um elevado nível de participação artística e cultural, sendo considerado, hoje, o segundo maior da Cidade Canção.

Graças à perfeita organização por parte da ACEMA, o festival ganhou credibilidade e tem ultrapassado as fronteiras do nosso estado, atraindo os melhores intérpretes e amantes da canção, arte, cultura e gastronomia entre os nikkeis de todo o Brasil.

Essas razões nos levam a fazer o registro nesta Casa e cumprimentar os seus organizadores na pessoa do Presidente Eduardo Suzuki.

REQUERIMENTO Nº 2282

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o duto e soberano Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao município de Prudentópolis, pelo transcurso, no próximo dia 12 de agosto, de seus 101 anos de emancipação política.

Requer outrossim, que da decisão desta Casa, seja dada ciência ao Exmo. Sr. Vilson Santini, Prefeito Municipal, para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, receba e cumprimenta a laboriosa população de Prudentópolis.

Sala das Sessões, em 07.08.07.

(a) FELIPE LUCAS

JUSTIFICATIVA:

Compartilhando com a alegria de toda a população de Prudentópolis, que no próximo dia 12 de agosto de 2007 estará comemorando 101 anos de emancipação política, queremos expressar os nossos votos de muito sucesso, na certeza de que o trabalho desenvolvido ao

longo destes 101 anos não foi em vão, mas colaborou sobremaneira para o constante progresso da região.

Parabenizamos através desta proposição toda a população honesta e trabalhadora que continua contribuindo para o desenvolvimento deste município.

REQUERIMENTO Nº 2298

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, seja inserido em ata dos trabalhos desta Sessão, voto de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Pedro Kotovski e Olga Mucharski Kotovski, que completou 50 anos de união conjugal em 27 de julho do corrente, celebrando Bodas de Ouro. A união do casal iniciou-se com muito amor, e que, por manter as suas raízes no equilíbrio, foi se firmando dia-a-dia, através da convivência ao longo desse anos. Uma vivência progressiva e madura não tende a acabar, mas amplia-se, uma vez que cada um passa a conhecer vícios e virtudes, manias e costumes do outro. O equilíbrio de amor promoveu a prática da justiça e da bondade, da cooperação e do dever, da afetividade e advertência amadurecidas. O casamento é uma grande escola e esse casal soube construir seu lar em pilares sólidos, aprendendo a arte do convívio, da fraternidade, da solidariedade, sempre cultivando o afeto e respeito. Sentimos muito orgulho em compartilhar com o casal, sua família e conhecidos, essa data tão importante que está sendo comemorada.

Que, ao renovarem seu matrimônio, Deus, em seu infinito amor, os cubra de bênçãos, guiando seus passos e iluminando suas vidas. Nossos sinceros cumprimentos e extensivos aos demais Pares desta colenda Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 07.08.07.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2299

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, seja inserido em ata dos trabalhos desta Sessão, voto de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Acir Motta e Zenira de Lara Motta, que completou 50 anos de união conjugal em 21 de julho, celebrando Bodas de Ouro. A união do casal iniciou-se com muito amor, e que, por manter as suas raízes no equilíbrio, foi se firmando dia-a-dia, através da convivência ao longo desse anos. Uma vivência progressiva e madura não tende a acabar, mas amplia-se, uma vez que cada um passa a conhecer vícios e virtudes, manias e costumes do outro. O equilíbrio de amor promoveu a prática da justiça e da bondade, da cooperação e do dever, da afetividade e advertência amadurecidas. O casamento é uma grande escola e esse casal soube construir seu lar em pilares sólidos, aprendendo a arte do convívio, da fraternidade, da solidariedade, sempre cultivando o afeto e respeito. Sen-

timos muito orgulho em compartilhar com o casal, sua família e conhecidos, essa data tão importante que está sendo comemorada. Ao renovarem seu matrimônio, Deus, em seu infinito amor, os cubra de bênçãos, guiando seus passos e iluminando suas vidas. Nossos sinceros cumprimentos, extensivos aos demais Pares desta colenda Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 07.08.07.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2300

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido em ata dos trabalhos desta Sessão, voto de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Noraldino Ferreira e Elzira Ferreira, que completou 50 anos de união conjugal celebrando Bodas de Ouro. A união do casal iniciou-se com muito amor, e que, por manter as suas raízes no equilíbrio, foi se firmando dia-a-dia, através da convivência ao longo desse anos. Uma vivência progressiva e madura não tende a acabar, mas amplia-se, uma vez que cada um passa a conhecer vícios e virtudes, manias e costumes do outro. O equilíbrio de amor promoveu a prática da justiça e da bondade, da cooperação e do dever, da afetividade e advertência amadurecidas. O casamento é uma grande escola e esse casal soube construir seu lar em pilares sólidos, aprendendo a arte do convívio, da fraternidade, da solidariedade, sempre cultivando o afeto e respeito. Sentimos muito orgulho em compartilhar com o casal, sua família e conhecidos, essa data tão importante que está sendo comemorada.

Que, ao renovarem seu matrimônio, Deus, em seu infinito amor, os cubra de bênçãos, guiando seus passos e iluminando suas vidas. Nossos sinceros cumprimentos, extensivos aos demais Pares desta colenda Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 07.08.07.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2288

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações, ao Lique.

Sala das Sessões, em 07.08.07.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Lique, pelos relevantes serviços prestados aos seus clientes no ramo do entretenimento e gastronomia.

Destacamos a qualidade do atendimento prestado pela sua equipe, pela contribuição ao desenvolvimento do turismo gastronômico da capital paranaense e pelo tratamento personalizado oferecido pelos garçons aos seus clientes, atendendo-os sempre com cordialidade e gentileza.

REQUERIMENTO Nº 2286

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações, ao Babilônia Gastronomia.

Sala das Sessões, em 07.08.07.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Babilônia Gastronomia, pela qualidade do atendimento prestado pela sua equipe, pela contribuição ao desenvolvimento o turismo gastronômico da capital paranaenses e pelo tratamento personalizado oferecido pelos garçons aos seus clientes, atendendo-os sempre com cordialidade e gentileza.

REQUERIMENTO Nº 2287

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações, ao Bistrô Poivre Vert.

Sala das Sessões, em 07.08.07.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Bistrô Poivre Vert, pela qualidade do atendimento prestado pela sua equipe, pela contribuição ao desenvolvimento o turismo gastronômico da capital paranaenses e pelo tratamento personalizado oferecido pelos garçons aos seus clientes, atendendo-os sempre com cordialidade e gentileza.

REQUERIMENTO Nº 2255

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, REQUER, seja enviado expediente à Sra. Maria Marta Renner Weber Lunardon, Secretária de Estado da Administração e da Previdência, solicitando a realização de estudos visando a possibilidade de se organizar e realizar o Concurso para Tradutor Oficial no Estado do Paraná.

A necessidade de se ter no Estado do Paraná tradutores oficiais públicos das línguas mais utilizadas: inglês, francês, espanhol, japonês, chinês, italiano e alemão, nos leva, a propor ao Governo do Estado a realização de um concurso público para a contratação dos mesmos.

Sala das Sessões, em 07.08.07.

(a) LUIZ NISHIMORI

JUSTIFICATIVA:

O Centro de Estudos Superiores de Maringá - CESUMAR e a Universidade Estadual de Maringá - UEM, já se manifestaram favoráveis e se dizem estar preparados para organizarem e realizarem o concurso acima citado. Sabemos da necessidade de haver recursos para isso, porém, sugerimos que seja incluído para o orçamento de 2008.

Citando como exemplo - hoje - temos apenas o Sr. Kenji Oda, de Curitiba, que está atualmente se aproxi-

mando dos 90 anos de idade, e, em Londrina o Sr. Miyoshi Egashira, que são tradutores oficiais da língua japonesa.

A Junta Comercial do Paraná, através do seu Presidente Júlio Maito e do Sr. Miguel Gutierrez, assessor da JCP, consultada por nós, mostrou-se bastante interessada na nossa sugestão.

Desta forma, encarece o requerente as providências urgentes e necessárias para se oferecer uma melhor qualidade de atendimento à população de nosso estado.

REQUERIMENTO Nº 2303

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de pedido de informações para a Secretaria de Estado da Segurança Pública, para esclarecer as seguintes questões:

1) Quantas inscrições foram feitas no último concurso público para o aumento do efetivo da Polícia Militar do Paraná?

2) Qual o valor financeiro arrecadado com as inscrições dos candidatos no referido concurso da PM/PR?

Sala das Sessões, em 07.08.07.

(a) MARCELO RANGEL

REQUERIMENTO Nº 2304

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas, em especial o artigo nº 131 do Regimento Interno, SOLICITA o envio de requerimento ao DETRAN do estado do Paraná, para que seja esclarecido, qual a base legal, utilizada pelo referido órgão, para bloquear administrativamente a transferência de veículos a pedido de DETRANs de outros estados.

Sala das Sessões, em 07.08.07.

(a) RENI PEREIRA

REQUERIMENTO Nº 2305

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve e no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, pedido de cópia à Sra. Vera Maria Haj Mussi Augusto - Secretária de Estado da Cultura, da exibição do seguinte programa da TVE/PR: Coluna Pense Bem, inseridas até a presente data, no telejornal da TVE/PR.

Sala das Sessões, em 07.08.07.

(a) STEPHANES JÚNIOR

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 553/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública estadual a Tenda Lar de Ogum, com sede em Piraquara e foro no município de Curitiba.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 07.08.07.

(a) WALDYR PUGLIESI

JUSTIFICATIVA:

Tenda Lar de Ogum é uma entidade com personalidade jurídica, sem fins lucrativos, que vem prestando importantes serviços sócio-comunitários à coletividade onde atua. Abrange especialmente a população de baixa renda.

Mantém com todas as demais organizações espiritualistas a mais estrita ligação com outros congêneres, o estudo espiritual, filantrópico, parte assistencial e caritativa material e espiritual.

Sendo assim, solicitamos o apoio dos nobres Pares desta Casa de Leis ao projeto de lei que apresento, por se tratar de matéria de elevado cunho meritório.

PROJETO DE LEI Nº 554/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º O artigo 236 da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 236 À funcionária gestante é concedida, mediante inspeção médica, licença por 6 meses, com percepção do vencimento ou remuneração e demais vantagens legais.”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 07.08.07.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

Pesquisas científicas comprovam que o aleitamento materno nos primeiros meses de vida do bebê é fundamental para determinar a sua qualidade de vida na fase adulta. Na fase inicial, o leite materno é alimento completo, que dispensa qualquer aditivo, seja sucos, chás, água, papinhas ou qualquer outro tipo de leite.

Ao defender o aleitamento materno exclusivo durante os 6 primeiros meses de vida, o estado revela sensibilidade diante de uma exigência crucial para a alimentação saudável no 1º ano de vida. Contribui, também, para reforçar a definição da duração mínima desejável da licença-maternidade capaz de assegurar a excelência dos fenômenos decisivos que se passam no 1º ano, dos quais depende a saúde do cidadão e, como consequência, o bem-estar de toda a sociedade. É, pois, inadiável, a formulação de mecanismo jurídico que torne possível a prorrogação, por 2 meses, da licença-maternidade de 4 meses, determinada constitucionalmente, assim, a mãe terá uma oportunidade de proporcionar uma maior segurança a seu filho em seus primeiros meses de vida.

PROJETO DE LEI Nº 555/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituído o Programa do Menor Aprendiz, atendendo adolescentes na faixa etária entre 14 a 18 anos, devidamente matriculados na rede privada ou pública de ensino.

Art. 2º Fica o Governo do Estado podendo isentar em até 5% (cinco por cento) do ICMS das empresas que contratarem menores entre as faixas etárias de 14 e 18 anos, cuja participação no PMA corresponda em pelo menos 10% (dez por cento) do total da folha de pagamento da contratante durante o mínimo de 1 ano da vigência do contrato.

Art. 3º A jornada de trabalho dos menores não poderá ultrapassar 30 horas semanais e sem qualquer prejuízo aos horários destinados aos menores para frequência na sala de aula.

Art. 4º A remuneração do Menor Aprendiz não poderá ser menor do que o salário mínimo regional em vigor.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 07.08.07.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

Neste momento em que a sociedade brasileira acalora o debate sobre a maioridade penal, com vários setores exigindo a punição de jovens infratores com penas mais rigorosas, cabe a este Parlamento oferecer opções objetivas para viabilizar instrumentos capazes de minorar este problema no nosso estado. Até mesmo porque antes de forjar leis para punir menores de idade, o Poder Público tem obrigação de oferecer alternativas para garantir melhor qualidade de vida para os adolescentes.

Com o Programa Menor Aprendiz - PMA, a certeza de que tiraremos os menores das ruas, evitando assim o seu contato com o mundo do crime, preservando a sua integridade física e psicológica, bem como alicerçando ainda mais a família, não apenas com mais uma fonte de renda, mas, sobretudo, com a esperança de ver o filho, a filha, construindo o seu futuro e o futuro da nossa nação.

Este PMA tem em seu bojo a preocupação de garantir às empresas contratantes o incentivo de isenção de 5% (cinco por cento) do ICMS para que elas possam incrementar a contratação dos menores entre 14 e 18 anos, sem que os mesmos tenham qualquer prejuízo no seu rendimento escolar, pelo contrário, ao ter a responsabilidade do trabalho, o menor valorizará ainda mais seus

estudo, sabendo que tem uma ampla perspectiva pela frente.

Aliás, este Deputado que subscreve a presente proposição tem em sua folha de serviços prestados a marca de uma extraordinária experiência neste setor, cujo programa teve total êxito na sua aplicação quando Prefeito do município de Mandirituba, cidade da Região Metropolitana de Curitiba. Aquele programa consistia em incentivar a contratação dos menores pelas empresas da cidade que lhes pagavam 1 salário mínimo, enquanto a prefeitura arcava com os encargos trabalhistas.

O programa que tirou os menores das ruas, que quebravam lâmpadas, pichavam os muros, faziam confusão na porta das escolas foi um sucesso e hoje temos advogados, médicos e outros profissionais que atuam no mercado que são frutos daquela iniciativa empreendida em Mandirituba por este Deputado. A sociedade espera uma resposta concreta do Poder Público para com os nossos menores, sim, mas antes que eles se tornem infratores. Por isto a necessidade de implantação do Programa do Menor Aprendiz já, aqui e agora.

PROJETO DE LEI Nº 556/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo a implantar no município de Fazenda Rio Grande a Delegacia da Mulher.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 07.08.07.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

Visando o bem-estar da população, submeto à apreciação de V. Exas. o presente projeto de lei, que autoriza o Poder Executivo a implementar a Delegacia da Mulher, ferramenta fundamental na defesa dos direitos da mulher, visando proporcionar uma política pública e gratuita para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, proporcionando ações onde o estado cumpre com o seu papel e assegurando o direito à assistência à mulher em situação de violência.

O presente projeto de lei, tem por objetivo oferecer ambiente e condições funcionais para atendimento de queixas e denúncias formuladas pelas mulheres, frequentemente vítimas de agressões físicas e morais, que merecem e necessitam de atenção especial.

A Delegacia da Mulher, dotada de recursos humanos técnicos e materiais, proporcionará a adequada funcionalidade para que as mulheres recebam os cuidados preventivos e necessários.

A indicação do município de Fazenda Rio Grande, para a instalação da Delegacia da Mulher se prende ao grande crescimento populacional que se deu nos últimos anos, tornando assim, necessário que o município possua

uma delegacia especializada para o atendimento às mulheres, valorizando assim, cada uma das munícipes.

PROJETO DE LEI Nº 557/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituído normas na elaboração e aplicação de provas para concursos públicos e vestibulares no âmbito da administração estadual ou empresas vinculadas, inclusive as universidades e faculdades estaduais; e dá outras providências.

Art. 2º Caberá ao Poder Executivo, através das Secretarias da Administração e de Ciência e Tecnologia e suas vinculadas à fiscalização e implementação dos conteúdos das provas de exames de concursos públicos e vestibulares concernentes às disputas de vagas para o quadro de servidores públicos estaduais ou de ingresso na universidade e faculdades estaduais.

Art. 3º Fica incluído o tema Conhecimentos Gerais do Paraná nas provas de concursos públicos da administração estadual, direta ou indireta, e vestibulares das universidades e faculdades estaduais.

Art. 4º Na formulação do conteúdo da prova de Conhecimentos Gerais do Paraná, as questões - história, geografia, economia, cultura e política deverão ser aplicadas de modo que o tema predomine em, no mínimo, 75% do total da prova do concurso público ou do vestibular das universidades e/ou faculdades estaduais.

Art. 5º O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da sua publicação.

Art. 6º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 07.08.07.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

Enquanto no Rio Grande do Sul em Santa Catarina as provas de vestibulares das instituições de ensino estaduais e dos concursos públicos da administração estadual, empresas diretas, indiretas ou vinculadas ao Poder Público, exige conhecimentos gerais específicos daqueles estados, estimulando as pessoas a firmar uma maior identidade com a sua história e a sua região, aqui no Paraná tarda e ainda não temos um mecanismo que incentive os estudantes de um modo geral, e os cidadãos em especial a estudar sobre a nossa economia, a nossa cultura, nossa política, enfim, sobre nossas raízes.

Com esta lei, os alunos oriundos de escolas públicas, poderão ser os maiores beneficiados com o seu

ingresso, tanto nas universidades e/ou faculdades estaduais, quanto nos concursos públicos promovidos pela administração estadual.

Haverá um maior comprometimento das grades curriculares das redes municipal e estadual de ensino em relação aos conhecimentos gerais do Paraná, e por fim, terão maiores chances de alcançar sucesso nas suas vidas profissionais. E mais do que isto, serem os depositários do genuíno conhecimento de geografia, história, cultura e da antropologia paranaense.

PROJETO DE LEI Nº 558/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica autorizado o Governo do Estado a construir o Hospital Regional Estadual no município de Fazenda Rio Grande, com vista ao atendimento a todos os municípios que integram aquele município, além de cidades circunvizinhas.

Art. 2º O Hospital Regional Estadual, viabilizará leitos para internamento de pacientes, espaço para maternidade e salas especiais de terapia intensiva. Laboratório de análise, equipamentos de raio X, tomografia computadorizada, ecografia, além de contratação de enfermeiros, nutricionistas e médicos de várias especialidades, com apoio de equipes de paramédicos e ambulâncias equipadas com UTI.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 07.08.07.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

Apesar da população de Fazenda Rio Grande ter aumentado de 23 mil em 1993 para mais de 90 mil em 2007, a infra-estrutura de saúde pública não tem acompanhado a demanda social. Principalmente a partir da instituição da comarca de Fazenda Rio Grande, quando a população carente de outros municípios, até mesmo aqueles que não integram a comarca, procura no único hospital municipal, construído na gestão de Cartário Júnior, em 1994, atendimento para a sua saúde e para a realização de partos.

Para suprir a demanda da região, o Hospital Regional Estadual deverá contar com espaço para internamento de pacientes, com espaço para maternidade e salas especiais de terapia intensiva, laboratório de análise, equipamentos de raio X, enfermeiros, nutricionistas e médicos de várias especialidades, com apoio de equipes de paramédicos e ambulâncias equipadas.

Cidades como Fazenda Rio Grande, Mandirituba, Quitandinha, Piên, Tijucas do Sul, Campo do Tenente e Agudos do Sul, formarão a área de atendimento do Hospital Regional Estadual.

PROJETO DE LEI Nº 559/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica o proprietário de veículo automotor isento do pagamento da multa decorrente da infração “avançar o sinal vermelho do semáforo ou o de parada obrigatória” no período entre às 23h00 e às 05h00, no âmbito do estado do Paraná.

Parágrafo Único. Para a obtenção da isenção prevista no *caput*, o condutor deverá observar o limite de velocidade estabelecido para a via e as condições de tráfego, bem como as demais normas de segurança previstas na legislação em vigor.

Art. 2º A isenção de que trata esta lei não afasta a responsabilidade por eventuais danos pessoais e/ou materiais advindos do ato infracional.

Art. 3º Esta lei poderá ser regulamentada para garantir a sua execução.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 07.08.07.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto justifica-se pelo direito que tem qualquer cidadão e cidadã de se valer de todos os meios para assegurar a própria incolumidade física - a vida em sua plenitude - e a integridade de seu patrimônio. Não é justo obrigar alguém se expor até à morte para cumprir a lei: disso, aliás, é rematado exemplo o instituto da legítima defesa, adotado em todos os ordenamentos jurídicos, pelo qual se pode até matar para evitar ser morto.

Ora, nada mais justo, e lógico até, que se permita a alguém cruzar um sinal vermelho no horário de maior incidência de ocorrências criminais nos semáforos, desde que com a indispensável cautela e sob a regular responsabilidade decorrente de tal atitude.

Trata-se de uma pequena lesão à letra da lei, mas, indubitavelmente, da mais absoluta compreensão diante das circunstâncias.

A criminalidade é notória, dispensa demonstrações. Parar, hoje, no sinal, sobretudo à noite, é um ato de coragem, quicá até de inseqüência. Os motoristas obedecem à norma, via de regra, mas sob intenso estresse, temendo a aproximação de estranhos, rezando para que nada de mal lhes aconteça naqueles breves segundos que podem ser fatais.

A iniciativa que ora tomo, através desta proposição, é objeto de intensas e crescentes discussões.

Não pode mais ser retardada. É preciso que se dê às pessoas que são obrigadas a circular pelas noites de nossas cidades um alívio nesta tensão constante.

O projeto tem o cuidado de alterar que a isenção só vale àquele proprietário cujo veículo, envolvido na ocorrência, estiver trafegando dentro da normalidade legal quanto à velocidade, situação facilmente demonstrável pelos mecanismos de vigilância que, ao flagrarem a infração de cruzar o sinal vermelho, igualmente detectarão se o limite de velocidade para o local e o horário estava sendo obedecido.

Na verdade, hoje, é comum que os motoristas desrespeitem o sinal, à noite, sobretudo em locais mal iluminados ou de má fama. Via de regra, diminuem a marcha, observam se não há veículos ou pedestres no cruzamento, e avançam. Mas, tal ousadia só pode ser cometida sem ônus financeiro, e administrativo (pontos na carteira), onde não há controladores de velocidade. O que este projeto pretende é desagrar as pessoas, que, no indiscutível direito de se protegerem, a si, a seus familiares e ao seu patrimônio, se virem obrigadas a infringir a lei, sob as condições bem delimitadas na norma proposta.

Pelo exposto, peço o apoio dos meus Pares nesta Casa, para a sua aprovação, em razão de sua relevância e em nome da vida.

PROJETO DE LEI Nº 560/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a instituir no município de Fazenda Rio Grande, Região Metropolitana de Curitiba, o Batalhão da Polícia Militar, destinado a prevenção e o combate à violência no âmbito da comarca e cidades vizinhas.

Art. 2º Na implantação do Batalhão da Polícia Militar do Paraná no município de fazenda Rio Grande, será garantida infra-estrutura destinada a viabilizar o treinamento da Guarda Municipal na jurisdição dos municípios contemplados, com apoio técnico do BPM bem como a intensificação das ações específicas da corporação da região.

Art. 3º O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data da sua publicação.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 07.08.07.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

A intensificação do fosso social que leva milhares de pessoas a migrarem de suas regiões, fez com que milhares de famílias deixassem o interior e se dirigissem para a capital em busca de emprego e de melhoria de qua-

lidade de vida. Muitas vezes, vítimas de propaganda enganosa. Este é o caso do município de Fazenda Rio Grande, sede de comarca, que nos últimos 16 anos vem registrando fenômeno de crescimento sem comparação no ranking nacional. De 26 mil habitantes em 1991, hoje o número chega perto de 100 mil pessoas que ali chegaram, a grande maioria se estabelecendo nos últimos 6 anos, atraídos por anúncios inescrupulosos de imobiliárias da região que loteou praticamente todas as áreas de assentamento em detrimento à implantação de indústrias na região.

A falta de emprego, as péssimas condições de infra-estrutura do município, se forjando verdadeiramente numa cidade-dormitório, com mais de 40 mil trabalhadores se deslocando diariamente para a capital e outras cidades vizinhas para garantir o pão de cada dia, à custa de tarifas caras de transporte coletivo e de um estado psicológico cotidianamente abalado devido à preocupação constante que ronda a mente de cada cidadão da cidade. Para quem fica em casa, a incerteza de que aquele que foi trabalhar fora vai voltar com vida para casa. Para aquele que saiu para trabalhar em outra cidade, a angústia de que ao retornar para casa irá encontrar os seus filhos seguros e em paz.

Não se trata de alarmismo ou sensacionalismo, este estado psicológico da população tem relação com a violência desenfreada que está tomando conta do município nos últimos anos.

Os assaltos acontecem à luz do dia em pleno centro de Fazenda Rio Grande. Diariamente, pelo menos de 2 a 3 motoristas, cobradores ou passageiros de ônibus são vítimas dos meliantes.

São dezenas de arrombamentos de residências na cidade todas as noites e até mesmo durante o dia, quando as famílias saem para trabalhar em outras localidades. As escolas estão funcionando sob o medo e o terror, com traficantes e gangues agindo dentro e fora das salas de aula.

As mortes violentas que não param de crescer: somente no ano passado, 67 pessoas foram mortas de forma violenta dentro do município, isto se registrado somente aquelas que morreram no local da cena do crime, fora outras tantas que vieram a falecer nos hospitais, que foram vítimas de armas de fogo e armas brancas.

PROJETO DE LEI Nº 561/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Autoriza o Chefe do Poder Executivo a criar, no âmbito do Departamento da Polícia Civil, subordinado ao Delegado Geral e da Divisão Policial da Capital, a Subdivisão Policial de Fazenda Rio Grande.

Art. 2º Fica atribuída à Subdivisão Policial de Fazenda Rio Grande/PR, a competência para operaciona-

lização das atividades inerentes à Polícia Judiciária, na prevenção e repressão dos ilícitos penais previstos no Código Penal Brasileiro.

Art. 3º A Subdivisão Policial de Fazenda Rio Grande, seguirá os mesmos moldes de qualquer outra Subdivisão, em todas as atribuições e estrutura física, material e humana para o seu bom andamento.

Art. 4º As delegacias de Polícia que serão subordinadas à Subdivisão Policial de Fazenda Rio Grande, são as seguintes: Delegacia de Polícia de Mandirituba, 20 mil habitantes; Delegacia de Polícia de Agudos do Sul, 8 mil habitantes; Delegacia de Polícia de Piên, 11 mil habitantes; Delegacia de Polícia de Quitandinha, 16 mil habitantes, totalizando mais de 145 mil cidadãos beneficiados.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 07.08.07.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

Bandidos matam e põem fogo nas duas vítimas. Por causa de uma dívida de R\$ 10, o motorista de caminhão Viane Engels, o “Nei”, 34 anos, e o segurança Fábio Aristides, o “Careca”, 22, foram mortos na noite de domingo, em Mandirituba.

Assassinado logo após sair da igreja. De um lado, o corpo de Genésio, coberto por um lençol branco, manchado de sangue. Do outro, familiares, evangélicos, ajoelhados, rezando. Senhor, obrigado por tudo, dizia a irmã da vítima em oração.

Ladrão matou e roubou R\$ 28. O motorista Ricardo Germano Hopaloski, 37 anos, foi baleado por volta das 6h do dia 25 de janeiro de 2007, enquanto o ônibus da linha Eucaliptos 2, guiado por ele, trafegava entre as esquinas da Av. das Araucárias e da R. Seringueira. Um homem com capuz entrou no veículo, deu voz de assalto e, sem que o motorista reagisse, atirou na região do abdômen. O ladrão levou R\$ 28 do caixa do cobrador. O motorista foi levado ao pronto-socorro da cidade, mas não resistiu ao ferimento e morreu.

Menina é ferida em tiroteio na escola. O primeiro dia de aula dos alunos do Colégio Estadual Anita Canet, em Fazenda Rio Grande, foi marcado por um lamentável episódio de violência, envolvendo adolescentes que duelaram à bala na rua na frente da escola.

Estas são algumas das manchetes que estampam frequentemente capas de jornais, noticiários televisivos, rádios e outros meios de comunicação do estado do Paraná e do Brasil. Seria ótimo que estas notícias fossem das belezas da nossa gente e da nossa terra, porém, o cenário é totalmente diferente. Além de tantos outros problemas enfrentados pela população local, como pode ser visto nas manchetes supracitadas, uma das maiores dificuldades é a falta de segurança. Fica difícil camuflar um

problema tão grave quanto este, mesmo porque se o problema não for resolvido, ou ao menos contido com a máxima urgência, a tendência será aumentar.

Pesquisas do IBGE revelam que a região metropolitana de Curitiba terá um crescimento populacional de 72,4% em 2020, Fazenda Rio Grande registrará em 2010 mais de 250 mil habitantes. Juntamente com famílias de várias localidades do país, que compõem a população do município, que vem à região metropolitana de Curitiba em busca de uma vida melhor, maus elementos também fazem parte da população, e é por isso que se fazem necessárias medidas de prevenção e combate à violência.

A criação da Subdivisão de Delegacia de Polícia atenderá Fazenda Rio Grande, Agudos do Sul, Quitandinha, Mandirituba e Piên, localidades que também sofrem o alto índice de criminalidade que vem aumentando a cada ano. Com a implementação da Subdivisão da Delegacia Policial, todos esses municípios estariam sendo atendidos, oferecendo assim uma maior segurança às famílias locais que clamam por uma atitude radical que possa lhes dar condições de trabalhar em paz, sabendo que ao tomar um ônibus pela madrugada não sofrerá um assalto, que quando retornar à sua residência tudo estará como deixado pela manhã e que sair pelo portão de casa, retornará com vida e segurança.

PROJETO DE LEI Nº 562/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Fundação Educere de Campo Mourão, com sede no município de Campo Mourão.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 07.08.07.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

JUSTIFICATIVA:

A Fundação Educere de Campo Mourão, fundada a mais de 10 anos, vem desenvolvendo constante trabalho em favor da sociedade mourãoense e paranaense, contribuindo sobremaneira com o desenvolvimento do município.

Trata-se de uma entidade que tem por finalidade, entre outras, a promoção e o desenvolvimento científico e tecnológico, atividades artísticas e culturais, a preservação do meio ambiente e as relações institucionais entre a Fundação, a comunidade empresarial, científica e a sociedade. Com personalidade jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ - Cadastro Nacional de Personalidade Jurídica sob nº 02.263.082/0001-92, é considerada de utilidade pública municipal através da Lei nº 1480, de 15 de abril de 2002, e pela sua importância e representatividade é merecedora em ser considerada por lei, como entidade

de utilidade pública do estado do Paraná, pelo que, solicitamos apoio e aprovação das Sras. e Srs. Deputados da Assembléia Legislativa.

PROJETO DE LEI Nº 563/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Instituição de Ensino e Pesquisa Oftalmológica de Maringá - HOFTALMAR, com sede e foro no município de Maringá.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 07.08.07.

(a) CIDA BORGHETTI

JUSTIFICATIVA:

A Instituição HOFTALMAR dedica-se à assistência social e à preservação da saúde da população, especialmente a acuidade visual.

O relatório da atividade da entidade mostra o grande trabalho desenvolvido e a necessidade que a população tem desse atendimento, representando qualidade de vida e, muitas vezes, inserção social das pessoas que têm limitações na visão.

A instituição não tem fins lucrativos e não distribui lucros (artigo 15 do Estatuto).

Cabe salientar que a HOFTALMAR existe desde setembro de 2004, prestando relevantes serviços. Contudo, agora apresenta Estatuto atualizado e condizente com a legislação vigente.

PROJETO DE LEI Nº 564/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º A Administração Pública Estadual Direta, Indireta, Autárquica e Fundacional dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário deverão utilizar, prioritariamente, observada a disponibilidade existente no mercado, materiais de expediente confeccionados em papel reciclado.

Parágrafo Único. Como material de expediente de uso diário, entende-se: envelopes, cartões, formulários, blocos, rascunhos, notas, recibos, papéis timbrados, publicações, processos, boletins, embalagens e de usos similares.

Art. 2º Para os efeitos do disposto nesta lei, entende-se como reciclado o papel que possui, em sua composição, pelo menos 50% (cinquenta por cento) de material obtido a partir do reaproveitamento de papel usado.

Art. 3º A margem dos documentos expedidos como papel reciclado será impressa a expressão: “Papel reciclado, menor custo ambiental”.

Art. 4º A prioridade a que se refere o artigo 1º desta lei dar-se-á sempre que o papel reciclado for ofertado em condições favoráveis de preço, prazo de entrega e de pagamento em relação ao papel convencional.

Art. 5º O Poder Executivo regulamentará esta lei.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 07.08.07.

(a) LUIZ MALUCELLI

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando o presente projeto de lei com o objetivo de preservar o direito de todos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, e a obrigação do Poder Público em defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações em explicitado no artigo 225, *caput*, da Constituição Brasileira.

O Poder Público deve incentivar as atividades voltadas ao meio ambiente, visando ao desenvolvimento no país, de pesquisas e processos tecnológicos destinados a reduzir a degradação da qualidade ambiental; à fabricação de equipamentos antipoluidores; e outras iniciativas que propiciem a racionalização do uso de recursos ambientais.

Com a reciclagem do papel teremos vários benefícios como: aumento da vida útil dos aterros sanitários, geração de emprego e renda, preservação dos recursos naturais, diminuição do direito de todos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e a obrigação do Poder Público em defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações, em explicitado no artigo 225, *caput*, da Constituição Brasileira.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da proposição em tela.

PROJETO DE LEI Nº 565/07

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica obrigatória a inserção, nas faturas de serviços de água, luz e impostos no estado do Paraná, da mensagem “Diga não à violência - Conquiste a paz”, que deverá ser impressa de forma legível e em local de fácil visualização.

Art. 2º Esta lei poderá ser regulamentada, para garantir a sua execução.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 07.08.07.

(a) MAURO MORAES

JUSTIFICATIVA:

A violência e a insegurança constituem a maior preocupação das populações paranaense e brasileira, ensejando a transformação dos lares em verdadeiros aparatos antifurtos e dos veículos em blindados, como se vivêssemos em permanente guerra pelas ruas das cidades.

O aumento da criminalidade, a ousadia dos marginais e a falta de condições da polícia para combatê-los têm levantado discussões e debates na busca de soluções emergenciais para o drama cotidiano vivido pela população. Em longo prazo, a educação, a redistribuição de renda e novas oportunidades de emprego poderão amenizar o elevado índice de criminalidade em nosso país, por conseguinte, em nosso estado.

A educação com qualidade e oportunidade de acesso a todos deverá ser um instrumento poderoso na busca da paz, e, nessa linha, deve-se conscientizar a população de que cada um de nós tem a responsabilidade de contribuir para a construção de um futuro melhor.

Dessa forma, proponho, com este projeto de lei, uma campanha silenciosa, porém eficaz, tornando obrigatória a inserção de mensagem de conscientização nas faturas e nos documentos para pagamento, aproveitando a sua grande circulação popular.

Ao efetuar o pagamento da conta de água, luz e impostos, entre outros, a população estará visualizando a mensagem de chamamento para a paz. Não estaremos onerando os serviços, pois a veiculação da mensagem nada prejudicará as empresas que prestam os serviços, quer públicas, quer sob concessão, e ganharemos mais um instrumento de conscientização da necessidade urgente da paz.

Pelo exposto, rogo apoio a meus Pares para aprovação deste projeto de lei.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Passa-se ao Pequeno Expediente.

Pequeno Expediente: primeiro orador inscrito é o Deputado Jocelito Canto.

Deputado Jocelito Canto (PTB)

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

O que me traz à tribuna na tarde de hoje é uma matéria publicada pelo jornal Diário dos Campos, de Ponta Grossa, que diz que filas levam PROCON aos bancos - em 3 agências bancárias da região central os clientes permanecem por mais de 30 minutos a espera de atendimento nos caixas.

Por isto, o PROCON que é um órgão estadual e municipal, tem parceria, foi até os bancos, Deputado Péricles, para autuar os bancos em Ponta Grossa pela

demora de cerca de 30 minutos de uma pessoa ficar na fila. Tem uma lei que proíbe isto.

Agora, Deputado Péricles, perguntaria a V. Exa. e aos demais Deputados: e um cidadão que fica 5 horas numa fila de espera para fazer uma consulta médica, por que o PROCON não vai lá multar a prefeitura? Lá em Ponta Grossa, V. Exa. sabe disto, tem determinados momentos que uma mãe chega a ficar, 4, 5, 6 horas com uma criancinha doente, com febre, na fila, esperando para ser atendida. Lá no Pronto-Socorro Municipal de Ponta Grossa ocorre isto também, 4, 5 horas, demora, e daí o PROCON não se preocupa, não faz nada! Alguém poderia dizer: mas o PROCON não pode fazer isto, porque afinal isto não faz parte de defesa do consumidor.

Deputado Luizão, qual a maior defesa de consumo que temos hoje? É comida ou saúde? É saúde, não é? E o PROCON deveria fiscalizar, o PROCON deveria ir lá e autuar a própria prefeitura, porque a prefeitura terceiriza muitos serviços e deve haver um contrato entre a prefeitura e as empresas terceirizadas que poderiam tratar deste assunto. É uma empresa terceirizada que cuida do PA, é uma empresa terceirizada que cuida do pronto-socorro.

Então não é justo que o PROCON vá aos bancos e não vá à fila das pessoas mais pobres, as pessoas que levantam às 5h00 da manhã para pegar uma consulta às 8 e serem atendidas às 9, 10 da manhã, Deputada Rosane, V. Exa. que conhece dessa área. Por que o PROCON não age contra as prefeituras? Por que não age contra os terceirizados da saúde? Porque o PROCON faz de conta que não vê! Agora, quando é o banco, está aqui o jornal, primeira página - *filas levam PROCON aos Bancos* - e o pobre do cidadão, da mãe do doentinho, do velhinho, do aposentado, das pessoas que ficam 3, 4, 5, 6 horas na fila, e a pessoa que precisa de uma consulta especializada, fica 1 mês, 2 meses na fila e não é atendido.

Então, gostaria de chamar a atenção aqui para que o PROCON do estado do Paraná, o PROCON principalmente de Ponta Grossa pudesse também, além de cobrar os bancos, que deve continuar cobrando, mas que cobrasse também a saúde, os terceirizados, o pronto-socorro que tem médicos terceirizados e as pessoas sofrem. Cobrar também das instituições não só em Ponta Grossa, mas do Paraná, que ficam na fila esperando a boa vontade do outro lado.

Então, acho que o PROCON não pode ter 2 pesos e nem duas medidas, o PROCON tem que fiscalizar também as empresas que prestam serviços de saúde e que não atendem de acordo com a lei. Este é o primeiro assunto que eu queria falar, Sr. Presidente.

Segundo assunto, que está nos jornais de hoje, e eu estou surpreso, Deputado Valdir Rossoni, eu queria que V. Exa., prestasse atenção nesse assunto, estou surpreso, vejo nos jornais a briga pela FIEP. Domingo, a Gazeta deu uma página inteira para a briga da FIEP; *FIEP vive um duelo entre capital e interior. A atual Presidente e o atual Vice-Presidente brigam para comandar a FIEP.*

Quase cáí, quase tive um desmaio esta semana quando li isso aqui e descubro que o candidato de Ponta Grossa tem o apoio do Governador Roberto Requião. Estranho isso, porque o atual candidato de Ponta Grossa, recentemente, e quem sabe tenha sido para pagar uma dívida, alguma conta que tenha sido feita e assim por diante, vejo que há pouco tempo o Governo do Estado acusava a empresa do atual candidato de ter feito coisas erradas no Paraná, de ter comprado florestas superfaturadas, que não pagou o que devia!

Passa a usar o Horário da Liderança do PTB

Inclusive eu estou com o documento aqui, e está na Comissão de Fiscalização desta Casa um documento em que o Diretor-Presidente da Paraná Ambiental, ex-Deputado Djalma de Almeida César, diz que está sendo feita uma investigação e disse na “escolinha” que a empresa do atual candidato da FIEP deixou de cumprir, comprou florestas abaixo do preço, denúncia feita na “escolinha” e que algumas empresas, quando o Governador assumiu, fizeram acordos e pagaram a diferença. O Deputado Rossoni já disse isso aqui, que algumas cumpriram e uma delas não cumpriu! Por que é que só agora, no período da eleição da FIEP, estamos vendo o Governador que chamou os donos de florestas de ladrões, está apoiando quem?

Então, Sr. Presidente, estou espantado, ouvi o Governador dizer na “escolinha”, tenho a fita, que essa empresa havia comprado uma floresta que valia uma quantia X e pagou bem menos. Agora estou surpreso, vejo a Gazeta do Povo dizer que o Governador está apoiando essa empresa! A empresa desse empresário, eu estou surpreso, Srs. Deputados! Só falta cavalo voar neste plenário aqui! No Paraná, só faltava agora cair uma avião, porque o resto está tudo acontecendo! O Governador que mandou auditar as florestas, que mandou cobrar, agora apóia o candidato que ele acusou, que ele mandou auditar e que lá na “escolinha” - eu tenho a fita para quem quiser - está lá o Presidente da Paraná Ambiental dizendo, senhores que faltou pagar uma grande quantia e que foi uma barbada o que foi vendido a nível de Paraná das florestas do BANESTADO!

Então, estou surpreso, estou surpreso ao saber que tem Secretários de Governo envolvidos na campanha que está sendo feita e fico mais entristecido ainda, Srs. Deputados, de saber que pessoas ditas pelo Governador ganharam dinheiro de forma ilícita, nas florestas do Paraná, do BANESTADO. E hoje, o Governador apóia e pede que vão buscar votos para ele, está chamando no Palácio Presidentes para pedir votos. Não posso concordar com isso! Não vou concordar com isso! O que está acontecendo com o Governo agora? O Governo que acusou, agora aplaude? O Governo que mandou auditar, agora apóia? Como funciona isso? Que jeito é esse de fazer política transparente? Primeiro acusa, diz que

houve um erro. Ou o atual Governador, Deputado Romanelli, está entendendo que cometeu um erro e está querendo pagar algo que deve, porque acusou aquela empresa? Será que é isso, Deputado Romanelli?

O Sr. Luiz Carlos Romanelli (Aparte)

Queria dizer, Deputado Jocelito, que V. Exa. traz ao Plenário desta Casa um tema que me parece - claro que todos os temas devem ser debatidos - mas é um tema que envolve a disputa quase que entre capital e interior para controlar a Federação das Indústrias do Estado do Paraná.

Quero dizer a V. Exa. que no início desta legislatura nós encaminhamos favoravelmente um pedido de informação que V. Exa. fez referente à empresa Águia, da qual o empresário Álvaro Shafer, que foi Secretário do nosso querido companheiro Péricles e é companheiro nosso do PMDB, e penso eu, Exa., que até por conta das investigações que foram feitas, e V. Exa. tem a auditoria, não li a auditoria, mas como não ouvi pronunciamento nenhum de V. Exa. num tempo que me pareceu razoável, penso que V. Exa. se debruçou sob os documentos e constatou que houve, provavelmente, uma regularidade em relação a este tema. Agora, isso na verdade não está em discussão, embora V. Exa. tenha tocado nele.

Se V. Exa. estiver preocupado com o tempo, acertamos um horário do PMDB.

Mas não me parece que o que está em jogo nessa disputa que envolve o empresário Rodrigo Rocha Loures - que é pai, inclusive, do nosso companheiro do PMDB, o Deputado Federal Rodrigo Rocha Loures Filho - é, efetivamente, duas chapas e o Governo não tem demonstrado de uma forma muito objetiva apoio a esse ou àquele candidato. Até porque quem, de fato, indicou e escolheu o empresário Rodrigo Rocha Loures para poder presidir a FIEP, pediu que fosse assim, foi o Governador Roberto Requião. E agora vê em muitas das posturas do atual Presidente da FIEP, o Rodrigo Rocha Loures, posições antagônicas, contrárias àquelas políticas industriais que tem sido desenvolvidas pelo Governo do Estado. Aliás ele esteve aqui, ocupou esta tribuna, fez uma crítica absolutamente improcedente, rebati o Rodrigo, até conversamos depois disto, tivemos uma boa conversa sobre esse tema, mas, penso que, na verdade, nesta disputa empresarial que envolve grupos políticos, sinceramente pelo que vi até agora não tem um lado só, esse aqui é o lado do Governo e este aqui é o lado da Oposição. Não dá para se fazer isso. Até porque a informação que tenho, podem me corrigir, o empresário Álvaro Shafer apoiou a candidatura do Senador Osmar Dias. Essa é a informação que tenho, posso estar equivocado. E o empresário Rodrigo Rocha Loures apoiou a candidatura do Governador Roberto Requião.

Parece que tentar politizar esta discussão me parece equivocada, acho que não é essa questão. Digo isso pelo seguinte: não dá para misturar o Governo neste tema. A questão da disputa que envolve a Federação das

Indústrias é uma disputa que envolve grupos empresariais, do ponto de vista da articulação patronal, Deputado Jocelito.

Então, penso que as manifestações devem ser vistas sob essa ética que envolve esses estamentos que se formam no setor empresarial que divergem em relação à condução da Federação da Indústria. Acho que não dá para vermos fantasmas nesse tema, mais do que aqueles que já existem, usualmente e que sobrevoam a política, essas paredes e outras mais deste nosso estado.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Já estou começando a ver fantasmas. Deputado Romanelli, V. Exa. colocou bem. Eu falei em cavalo voando. Vamos botar fantasmas.

Requião apoiou Rodrigo. Rodrigo brigou com Requião devido a problemas no porto de Paranaguá. Todo mundo sabe disso. Agora, Requião não apóia Rodrigo. Osmar apóia o Álvaro. Está uma confusão generalizada e justamente na FIEP, onde tudo aconteceu, e ao longo dos anos, pouca coisa se falou da FIEP. Precisamos voltar ao passado. Agora, só lamento, e quanto às auditorias que V. Exa. diz, os documentos que eu recebi, o senhor não sabe a dificuldade que foi para conseguir os documentos. Só conseguimos agora pela Comissão de Fiscalização e ainda não vieram completos os documentos. Estou de posse da prestação de contas da “escolinha”, feita pelo então Deputado Djalma de Almeida César, que diz na “escolinha”, diante do Governador, que houve uma grande diferença do que foi comprado e o que não foi pago. Isso foi dito pelo Deputado Djalma. Está lá na “escolinha” e eu tenho a fita. Há uma ação na Justiça.

Vejo agora, e quem está dizendo é a Gazeta do Povo, que o atual Governador apóia o candidato que ele acusou. Ou ele está pedindo perdão ao candidato de Ponta Grossa: “Perdão, eu lhe chamei de ladrão e o senhor não era!” Acho que é isso ou ele está pedindo perdão para o empresário de Ponta Grossa, porque ele tem o costume de primeiro falar, falar sem ter consistência, ou ele está pedindo perdão, dizendo: “Olhe, você não é mais ladrão, você não roubou, você não superfaturou, as florestas estão em dia!” Ou ele está apoiando quem ele chamou de ladrão? Entendeu?

Eu não entendo mais nada, Sr. Presidente. Ou ele está pedindo perdão para o empresário de Ponta Grossa ou ele está se unindo com alguém que ele chamou de corrupto.

Então, eu não estou entendendo mais. É por isso que eu vim a essa tribuna hoje, para falar o que tinha que falar. É muito fácil acusar uma pessoa, fazer uma prestação de contas na “escolinha”, dizer que está faltando dinheiro e entrar com uma ação na Justiça. Entrou com uma ação na Justiça e agora vai apoiar o cara. Ou ele está pedindo perdão de joelhos para o empresário, ou ele está se juntando a alguém que ele chamou de corrupto!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Concedo a palavra ao Deputado Reni Pereira, segundo orador inscrito.

Deputado Reni Pereira (PSB)

O SR. RENI PEREIRA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Subo a esta tribuna para fazer um breve relato da Audiência Pública que se realizou na manhã de hoje no Plenarinho, com os despachantes de trânsito do estado do Paraná, representando todas as regiões do estado. Estive ali, aproximadamente, 50 despachantes do sudoeste, do oeste, do norte, do noroeste e uma preocupação muito grande, uma preocupação em relação àquele episódio em que a Polícia Federal, na Operação Rosa Negra, apreendeu aproximadamente 15 despachantes, com o auxílio da PIC aqui do Paraná, em relação à participação da Polícia do Paraná na época, e nós deixamos claro, através da Liderança do Governo, entramos em contato com o Secretário da Segurança e ele disse que foi requisitada a Força Policial do Paraná, a título de auxílio. Mas, o que é interessante é perceber que todos aqueles inqueritos estão prestes a ser arquivados pelo Ministério Público, por falta de tipicidade. Ou seja, os despachantes do Paraná não cometeram nenhum crime.

Aí que entra o papel da Assembléia Legislativa. Naquele dia eu subi a esta tribuna, fui aparteado por vários Deputados que perceberam a preocupação de que aquilo fosse uma correção psicológica, principalmente do estado de São Paulo em relação às locadoras que têm os seus carros emplacados aqui no Paraná.

Efetivamente, parece que o desenho era aquele que nós falamos aqui no dia 15 de maio. Até hoje não se achou nenhum crime. A Polícia Militar do Estado de São Paulo, segundo notícias dessa Audiência Pública, quando aborda um veículo emplacado aqui no Paraná, seja ele de locadora ou seja de particular, ela começa com a pressão psicológica, dizendo que os documentos emitidos pelo DETRAN são falsos e isso gera um agravante. Um agravante, porque o que é que os despachantes cobraram hoje pela manhã? Não em relação à Assembléia, aliás, agradeceram a todos os Parlamentares, por pelo menos esta Casa ter aberto as suas portas a eles, mas o medo deles com relação a esta omissão, principalmente por parte do DETRAN do Paraná, é que isto esteja fazendo parte - eu inclusive vislumbrei algo até pior para todos os paranaenses - é que se eventualmente esse silêncio por parte do Governo do Estado, Deputado Romanelli, na verdade pode fazer com que na lei, Deputado Rossoni, no final do ano, não podemos interferir lá em São Paulo, mas o que pode acontecer é que o Paraná, pegando carona, e para não existir um desequilíbrio em relação, principalmente, a essas operações que algumas empresas faziam e fazem ainda com relação ao Paraná, licenciando aqui os seus carros de acordo com a lei, porque a lei preserva isso.

Inclusive, agora o CONTRAN está editando uma norma que não precisa mais nem ter endereço, basta ter um representante comercial, você pode licenciar os seus veículos. Ainda não foi publicado, mas é uma tendência.

Então, Deputado Romanelli, a preocupação é dos despachantes e minha também, é que o Paraná precisa se manifestar, precisa se manifestar e dizer que quem vem para o Paraná, vem de acordo com a lei, e que não é bandido, porque o que está acontecendo? Foi noticiado hoje, em relação a uma empresa de ônibus de Cascavel, que tinha aproximadamente 4 mil ônibus licenciados aqui. O estado de Rondônia já está pegando carona no estado de São Paulo e começou a pressionar e ficaram 200 carros emplacados aqui. Essa receita do IPVA, metade é do estado e metade é dos municípios onde estão licenciados. O grande medo, Deputado Romanelli, é que V. Exa. na época se comprometeu a pedir um pronunciamento do Governo, inclusive dizendo, fazendo uma nota pública: "Olha, quem quiser vir para o Paraná emplacar o seu carro, de acordo com a lei, não é criminoso".

Horário do bloco, Sr. Presidente.

Passa a usar o horário do Bloco PSB/PL/PRB/PV

As empresas que vão alugar um carro, cuja sede da locadora, aqui do Paraná, já estão exigindo foto do estabelecimento, uma série de coisas, na verdade não se provou nada até agora, já se passaram quase 4 meses, já era para estarem concluídos todos os inqueritos, estão prestes a serem arquivados.

Os despachantes que, na verdade, não vendem só a alíquota do IPVA do Paraná, que é uma das mais baixas do país, mais vendem também a eficiência do DETRAN, Deputado Romanelli, que é uma das melhores do país, essa agilidade é que faz o diferencial, eles estão acuados. Sentiram que o Paraná, inclusive fizeram um apelo à imprensa, porque o que se noticiou na época era uma quadrilha de despachantes atuando, os despachantes só podem ser solidários quando eles cometerem crime. Eles não cometeram crime nenhum!

Qual é a preocupação deles? Até V. Exa. pode se pronunciar sobre isso, que na época eu cobrei e V. Exa. se comprometeu de o Governo emitir uma nota fiscal dizendo que realmente o Paraná é o melhor lugar. E o Paraná até hoje não o fez. O medo deles e meu é que também o Paraná, no final do ano, faça um equilíbrio com as alíquotas de São Paulo e majore as alíquotas do Paraná. Isso com certeza seria ruim, não para os despachantes, para as locadoras, mas sim para os paranaenses.

O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB) (Aparte)

Quero dizer a V. Exa. que, lamentavelmente, por conta que havia a obrigação como Líder do Governo em comparecer a Escola do Governo que se realiza todas as terças-feiras às 8 h da manhã no Museu Oscar Niemeyer,

não pude comparecer à Audiência Pública para tratar desse tema que é da maior relevância.

Quero dizer a V. Exa. que já discuti esse tema internamente no Governo. O Governo, num primeiro momento, recebeu a ação empreendida pelo estado de São Paulo, que claro, única e exclusivamente liguei na época ao Secretário da Segurança, Luiz Fernando Delazari, e o que o Ministério Público fez foi dar apoio a ação policial e fiscal empreendida pelo Governo do Estado de São Paulo, Governador José Serra.

Estou falando isso, porque São Paulo quer combater a nossa política tributária em relação ao IPVA, e quero dizer que conheço bem. Meu primeiro ato aqui nesta Casa foi quando apresentei um decreto legislativo que suspendia a instrução normativa do então Secretário da Fazenda Miguel Salomão, que queria reduzir o desconto de 30% para 10% para quem pagasse à vista o IPVA.

Foi uma vitória nossa, e esta Casa derrubou a instrução normativa, mas ao mesmo tempo trabalhamos na legislação que pudesse estabelecer o IPVA justo para o paranaense. Por isso é que temos uma alíquota de 2,5% para os automóveis em geral e 1% para as locadoras e para os veículos de carga.

Esse tema, na verdade, foi tratado por esta Casa ao longo desses anos e outro dia eu ouvi uma conversa de alguns que queriam majorar essa alíquota do IPVA e manifestei a minha opinião, muito clara e objetiva, contrária a isso, porque não tenho dúvida, se o Paraná majorar a alíquota do IPVA vai perder a receita com isso, porque ganhamos muitos veículos que estão emplacados no Brasil inteiro, no estado do Paraná, e o volume que aumenta. As taxas que o DETRAN recolhe, o imposto do IPVA que é pago é recolhido diretamente aos cofres do Tesouro Estadual.

Penso que em relação à Secretaria da Segurança Pública, nenhuma ação que não seja aquela de apoio e suporte a uma ação legal empreendida pelo Governo do Estado de São Paulo.

Agora o Estado do Paraná vai discutir esse tema, penso que vamos nos posicionar e quero dizer que a minha posição é contrária à majoração da alíquota do IPVA, porque penso que ela é extremamente benéfica do ponto de vista de manter a nossa receita.

O SR. RENI PEREIRA (PSB)

Obrigado pelo aparte e fico feliz de saber que é essa sua posição, porque nós, lá do interior, não é de assombração, é de visagem que temos medo. E confesso que continuo com medo de haver uma majoração na alíquota do Paraná. Nós há temos reclamação constante por conta da tabela de IPVA.

Seria interessante se o Governo, e nessa audiência eu deixei bem claro, que essa audiência era em nome do Poder Legislativo e não podíamos garantir uma ação do Executivo, mas tenho certeza que o Líder do Governo vai provocar uma manifestação do Executivo, até no sentido de assegurar que o Paraná não vai subir a alíquota e

acima de tudo dizer que o Paraná tem uma justiça tributária no que tange o IPVA, face às lutas constantes como essa que V. Exa. mencionou lá do passado.

Dizer, Sr. Presidente, que o compromisso que fizemos lá com os despachantes é perfeitamente possível de ser cumprido por esta Casa. O que eles pediram é que apresentássemos um requerimento e tenho certeza que o Líder do Governo será signatário desse requerimento pedindo ao DETRAN do Paraná, com base no quê está bloqueando administrativamente os veículos licenciados no Paraná que transitam no estado de São Paulo, baseado apenas em requisições administrativas, não são pedidos judiciais.

Acho que isto é perfeitamente possível. Se existe um dispositivo legal, para o DETRAN, ele está fazendo isto, ele que se manifeste. E se eventualmente não estiver fazendo, vamos pedir que ele deixe de praticar estas ações. E também o apoio que esta Casa deu, até pelo ato da Audiência Pública, dizer a todos os Parlamentares que se forem cobrados por alguns despachantes, podem dizer que a Assembléia Legislativa do Paraná foi solidária a todo este episódio que envolveu os despachantes, e que a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, nas palavras do próprio Presidente Nelson Justus, que esteve lá, sempre estará de portas abertas aos despachantes e a qualquer segmento da sociedade paranaense, que desenvolva uma atividade que vem ao encontro àquilo que pregamos nesta Casa, que é o desenvolvimento e acima de tudo a justiça fiscal, tributária e legal.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Marcelo Rangel.

Deputado Marcelo Rangel (PPS)

O SR. MARCELO RANGEL

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Boa-tarde a todos. Este é meu 1º pronunciamento neste 2º semestre. E hoje vou fazer este meu pronunciamento me dirigindo especialmente ao Líder do Governo, Deputado Romanelli, e de uma maneira diferente. Desta vez subo à tribuna para defendê-lo, por incrível que possa parecer. Mas, não somente para defender um Parlamentar, para defender o Poder Legislativo.

Tenho em minhas mãos documentos oficiais, documento oficial assinado pelo Chefe da Casa Civil, Sr. Rafael Iatauro.

(Lê):

“Sr. Presidente, em resposta ao referido ofício, cumpre-me enviar a V. Exa. cópia das informações prestadas sobre assunto pela Secretaria de Estado da Comunicação Social. Assinado pelo Diretor Geral, Sr. João Benjamin dos Santos e também assinado pela Sra. Jane Alexandra Dengler Próspero, Coordenadoria de Mídia da Secretaria de Estado da Comunicação Social”.

A Secretaria da Comunicação Social, Deputado Romanelli, enviou estes ofícios dizendo que o senhor falou com a verdade, no 1º semestre. E eu sei que o senhor falou a verdade. Quem está mentindo é a Secretaria da Comunicação.

Tenho aqui, também, um documento oficial. São notas taquigráficas do pronunciamento do Líder do Governo, com o seguinte parágrafo:

(Lê):

“V. Exa. disse aqui que a Secretaria da Comunicação Social teria pago ao Jornal Diário dos Campos R\$ 10 mil para publicar a matéria, Deputado Belinati. Sei que V. Exa. às vezes exagera um pouco, mas na verdade, tenho aqui a declaração da Secretaria de Estado da Comunicação Social, em que pagou R\$ 500 ao jornal O Diário dos Campos para publicar a nota na primeira página do dia 22 de junho de 2007, anúncio de duas colunas, por 8 centímetros, esclarecendo o valor real. O valor que foi pago ao jornal O Diário dos Campos. Quem paga é a Secretaria da Comunicação Social.

Quero dizer mais, aqui estão os relatórios, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas. E estou aqui com um requerimento para poder constar dos Anais desta Casa, para que também possam ser analisados esses dados. Os dados que são oficiais. São documentos oficiais”.

Então, na verdade foi pago, mas a Secretaria enviou ofício dizendo que não existe PADV e que o Governo do Estado não pagou nada. Agora, Deputado Douglas Fabrício, Deputado Augustinho Zucchi e Deputado Rossoni, sabem por que eles não pagaram nada, não emitiram nenhum PADV e nenhuma nota oficial?

(Corte do som)

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Presidente Nelson Justus, concedo o horário da Liderança da Oposição ao Deputado Marcelo Rangel.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Perfeitamente.

Passa a usar horário da Liderança da Oposição

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Pois bem! Se o Governo pagasse R\$ 10 teria cometido crime passível de cassação. Mas o processo, Srs. Deputados, já foi para o Ministério Público, já está em tramitação, ou seja, isso é só para exemplificar o tamanho da bagunça, da desorganização e da irresponsabilidade do Sr. Secretário Airtton Pissetti e de toda a estrutura dessa Secretaria. Eles não emitiram o PADV de quinhentão, mas existem PADVs de R\$ 1 milhão que também desapareceram. Milhões e milhões de reais gastos de forma absurda e sem critério nenhum em uma verdadeira zorra desenfreada.

Por falar nisso, também quero me pronunciar a respeito da Comissão Especial de Investigação instalada no

1º semestre. Até hoje nenhuma reunião, até hoje não pediram um só documento! Deputado Elio Rusch, não nos reunimos nem para falar sobre o relatório do Tribunal de Contas, que veio à tona novamente neste 2º semestre, porque aprovaram as contas do Governo, mas com ressalva.

O Sr. Dobrandino da Silva (PMDB)

Permite-me um aparte, Deputado Marcelo?

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Sem dúvida nenhuma! Deputado Dobrandino, em poucos segundos lhe darei um aparte e vai ser muito importante ouvi-lo, mesmo porque o senhor, como Presidente da Comissão de Investigação, tem que ter uma responsabilidade, uma mão forte, mesmo porque estamos investigando algo gigantesco e parece-me que existe uma certa má vontade e é por isso que eu gostaria de ouvi-lo e gostaria de saber quando é que vamos pedir os PADVs, quando é que vamos convocar o Secretário, quando é que vamos conversar com representantes das agências de publicidade, quando é que vamos pedir para que pessoas ligadas a meios de comunicação venham aqui na Assembléia, na comissão, para falar sobre as denúncias de propina que, segundo denúncias, o Sr. Secretário Airtton Pissetti pediu para fazer veiculação oficial em determinados órgãos de comunicação.

São muitas as denúncias, Sr. Presidente Dobrandino! São muitas! Isso era para ter começado no 1º semestre. O que aconteceu? Eu sou apenas um integrante, pergunto ao senhor.

Com a palavra, Deputado Dobrandino.

O Sr. Dobrandino da Silva (PMDB)

Concedido o aparte?

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Concedido, sim.

O Sr. Dobrandino da Silva (PMDB)

Obrigado, Deputado Marcelo.

Primeiro, vou lhe ajudar a corrigir aqui, não se houve engano de V. Exa., ou prevenção, não foi no 1º semestre, Deputado Marcelo, a Comissão foi instalada no dia 09 de julho de 2007, que já é 2º semestre. V. Exa., primeiro está enganado com essas datas, olhe seu calendário. Mas tudo bem. Eu até ia fazer uma reunião ontem, mas ontem V. Exa. não estava na Casa, o Deputado Reni Pereira não estava, que é o Relator, não estava também o Deputado Plauto Miró Guimarães, os 3 Deputados da Oposição não estavam na Sessão ontem. Eu estou marcando, já vou aproveitar para anunciar para V. Exa., já combinei com alguns dos integrantes, na próxima terça-feira, 11h00, vamos fazer a 1ª reunião. Não se preocupe com prazos, nós vamos pedir mais prazos. Não estou esquecido, foi na última semana que antecedeu o recesso, teve um período de recesso, V. Exa. deve lembrar muito

bem disso. Então, não está tão atrasado, é V. Exa. que está muito apressado, Deputado Marcelo Rangel. Fique tranquilo, fique calmo, a comissão vai andar, vamos começar a nos reunir e quem tiver que convocar, tenha certeza absoluta, nós convocaremos. Não vamos esconder nada.

Obrigado pelo aparte.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Obrigado pelo parte. Agradeço muito, Presidente Dobrandino, Presidente da Comissão Especial de Investigação, e agradeço também pelo elogio quando o senhor fala que eu tenho pressa. Eu considero como um elogio, mesmo porque acho que o Executivo não está acompanhando o ritmo do Legislativo, porque simplesmente 8 requerimentos que eu apresentei aqui na Assembléia Legislativa não foram respondidos ainda pelas devidas Secretarias. Enfim, já se venceu o prazo e nenhuma resposta. Então, me parece que quem está lerdo é o Executivo.

Pois bem, Sr. Presidente, então eu tenho aqui a prova de um crime, tenho a prova de um crime de R\$ 500, mas que representa a verdadeira corrupção, a verdadeira dimensão de tudo o que está acontecendo de errado nesta Secretaria que não tem um responsável, não tem uma pessoa à frente dos trabalhos que possa responder. Não consigo entender como é que pode, mesmo depois de tantas irregularidades, tantos escândalos, o Governador manter uma pessoa como essa nesse cargo tão importante.

O Sr. Jocelito Canto (PTB)

V. Exa. me concede um aparte?

(Assentimento)

Só queria contribuir com o debate que V. Exa. está fazendo. Ouvi o senhor falando aqui de uma nota oficial que saiu no Diário dos Campos, ouvi em Ponta Grossa de alguma jornalista do próprio Diário dos Campos que essa publicação não teria sido paga pelo estado, teria sido paga particularmente pelo estado. Eu não posso confirmar, eu ouvi esse comentário, até para lhe ajudar no seu pronunciamento, eu ouvi qualquer coisa nos meios de comunicação, todos os dias eu estou em Ponta Grossa, de que o jornal Diário dos Campos teria recebido particular do Secretário.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

E ele assina como Secretaria de Estado de Comunicação Social, Governo do Estado do Paraná, uma nota oficial em primeira página?

O Sr. Jocelito Canto (PTB)

Não sei se ele assinou o nome dele ou...

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Não, assinou como Secretaria da Comunicação Social. Ele praticou um crime, sim, e nós vamos provar na Justiça.

Era isso que eu tinha para falar.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra o Deputado Tadeu Veneri.

Deputado Tadeu Veneri (PT)

O SR. TADEU VENERI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Uso a tribuna para fazer um convite aos Srs. Deputados e Deputadas, porque no dia de amanhã estaremos realizando uma Audiência Pública aqui em Curitiba - A Frente Parlamentar e Acompanhamento Potencial Energético do Estado do Paraná - que tem como objetivo fazer um debate a respeito da Usina de Mauá da Serra.

Como sabem, essa usina só falta a licença de instalação para que possa ser colocado o seu PAC de máquinas e iniciar a construção das obras de barragem.

Acontece que há alguns questionamentos. Uma usina que custa R\$ 1 bilhão e 100 milhões, cerca de 711 milhões do PAC, lá tem hoje 370 famílias que serão atingidas pela barragem, das quais, apenas 30% têm título definitivo da terra. A maior parte tem apenas a posse.

No dia de amanhã a COPEL estará aqui, porque há necessidade de a COPEL assumir publicamente e legalmente o compromisso de indenizar todos os proprietários.

Além disso, temos duas comunidades indígenas que ainda não foram solucionadas suas situações, por isso a FUNAI também estará aqui.

Temos 10 alqueires de carvão a 1.000 metros do Rio Tibagi e que ficarão submersos. Vinte e seis minas de carvão com centenas de galerias que também ficarão submersas. Essa usina terá a capacidade de gerar uma grande quantidade de energia para o estado do Paraná e para o Brasil, cerca de 372 megawatts para 1 milhão e 100 pessoas. Mas a preocupação principal que temos é que não cause um desastre ambiental.

Sabemos que o rio Tibagi é um dos últimos rios que tem o seu ecossistema preservado. É um dos corredores de biodiversidade do estado do Paraná.

A nossa preocupação é que toda essa quantidade de carvão submersa passe a liberar produtos tóxicos, e esses produtos venham contaminar toda a água que hoje abastece Londrina e região.

Essa Assembléia Legislativa não pode ficar de lado desse debate que está sendo feito, porque espero que isso não ocorra. Mas por precaução, é preciso que esgotemos todas as possibilidades de não ocorrer nenhum tipo de contaminação à água de Londrina, quando da conclusão dessa usina. Sei que temos cerca de 711 milhões que são do PAC, mas sei também que a compreensão dos Srs. Deputados, do Governo do Estado e do Governo Federal é dar prioridade à vida e à população de Londrina.

Então, faço o convite a todos para não só amanhã, mas também no dia 24, onde estaremos fazendo uma 2ª Audiência, com o mesmo objetivo.

Deputado Cheida, gostaria que V. Exa. também se manifestasse.

Muito obrigado!

O Sr. Luiz Eduardo Cheida (PMDB)

Permite um aparte?

(Assentimento)

Apenas para parabenizá-lo pela condução desse trabalho e aos demais Parlamentares envolvidos.

Quero dizer que amanhã estaremos juntos e quero lembrar a todos os Deputados que tão importante quanto fazermos um juízo de valor científico sobre a Usina de Mauá, é o Paraná buscar formas alternativas de energia para que compense o que pode vir a ser, aqui no Brasil, dentro de pouco tempo até, um apagão energético, mas uma vez, para sacrifício de muitos.

Muito obrigado!

O SR. TADEU VENERI (PT)

Obrigado, Deputado Cheida.

Lembrando que se nós liberarmos, hoje - não estou dizendo que devemos ou não, porque depende de estudos técnicos - as 26 usinas PHCs que estão pelo menos inscritas para serem instaladas, nós teríamos 760 megawatts de energia, o que seria o dobro do que temos com a Usina de Mauá.

Obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Horário das Lideranças:**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Passa-se ao Horário das Lideranças.

PDT.

(Declina)

Bloco PPS/PMN. Com a palavra o Deputado Douglas Fabrício.

Liderança do Bloco PPS/PMN: Deputado Douglas Fabrício (PPS)**O SR. DOUGLAS FABRÍCIO**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Neste período de recesso, acredito que não tenha sido só eu, acredito que quase a maioria dos Deputados fizeram isso, visitaram suas bases, conversaram com os eleitores e com as lideranças nos municípios. Eu fiz isso. Visitei vários municípios da minha região, prestei contas do nosso trabalho e ouvi da comunidade o que nós, como Deputados, eu principalmente lá na região de Campo Mourão, posso contribuir para o Paraná e para a região.

Uma coisa eu gostaria de ressaltar aqui e estender um agradecimento especial ao Secretário Municipal, Dr. Rui Hara, ao Deputado Marcelo Rangel, ao Deputado Reinhold Stephanes Júnior, ao Deputado Ney Leprevost, que são integrantes da Comissão de Saúde e estiveram conosco lá em Campo Mourão, discutindo, em uma Audiência Pública, mais apoio principalmente à Santa Casa de Campo Mourão.

Uma coisa que aprendi com meu pai é ser justo. Nisso, especificamente hoje, o Governo Estadual cum-

priu com a sua parte de ampliar o valor de repasse mensal à Santa Casa de Campo Mourão. Era 60 mil e o Governo ampliou para R\$ 100 mil. Hoje, exatamente hoje, ele fez o depósito.

Então, venho aqui, Deputado Romanelli, reforçar que o Governo cumpriu neste mês e que nos demais meses eu ficarei acompanhando isso, porque é um compromisso que o Governo assumiu até o final do seu mandato, ampliando o valor de repasse à Santa Casa de Campo Mourão para poder melhorar o atendimento das pessoas que precisam, naquela região. Quero reforçar que foi para a Santa Casa de Campo Mourão. A Santa Casa de Goioerê ainda não recebeu. Então, estamos aguardando que o Governo tome a mesma iniciativa com a Santa Casa de Goioerê.

Na nossa região, tenho percebido e ouvi em vários municípios, uma preocupação, Deputado Romanelli, o senhor que é o Líder do Governo nesta Casa e pode nos ajudar, o senhor também tem votos naquela região, com a questão da segurança pública. Têm acontecido, desde o início do ano, vários assaltos a ônibus lá naquela região. Estamos fazendo um levantamento, vou trazer os números, mas desde já quero pedir o seu apoio junto ao Governo, para que acabemos com esses assaltos que têm acontecido na região. Todo mês tem acontecido pelo menos um. Isso é ruim à imagem do Governo do Estado, porque segurança é responsabilidade do Governo Estadual. Fica arranhada também nesse assunto, lá naquela região.

Outro assunto que preciso lembrar aqui é sobre o Banco Social. O Banco Social, Deputado Romanelli, já vai para mais de 5 meses paralisado, e não temos nenhuma resposta. O povo está precisando, tem cobrado. Vários pequenos empreendedores, conversamos em vários municípios e o Governo Estadual paralisou o Banco Social, não retornou às atividades, prejudicando com isso várias pessoas do Paraná inteiro. E a resposta que temos é que está reestruturando. Essa reestruturação está demorando e com isso o povo está sendo prejudicado. Tive algumas informações que vai ser feita a reestruturação, Deputado Dobrandino, mas segundo informações, é para trocar o nome do banco. Se for para trocar o nome do banco, podia continuar com o mesmo nome! O que precisamos é que as pessoas continuem sendo atendidas!

Então, reiterar aqui o pedido para que o Governo do Estado atenda aos pequenos empreendedores, que são milhares no estado do Paraná e estão precisando atendimento no Banco Social.

Deputado Cheida, nós protocolamos junto com V. Exa., no 1º semestre aqui nesta Casa, o pedido de Audiência Pública, para que pudéssemos tratar da Lei do Agrotóxico. Precisamos marcar essa data, foi aprovado por esta Casa, para que possamos discutir os pontos claramente e deixar claro à população do Paraná, os benefícios que teria essa discussão dessa lei nesta Casa.

Reforçar aqui o pedido, para que juntos possamos fazer isso. É uma discussão para os produtores agrícolas

do estado do Paraná, independente de questões partidárias. Pensar no desenvolvimento do Paraná e pensar em ajudar as pessoas. Reforço que o nosso papel, enquanto Deputados, além de fiscalizar o Poder Executivo e propor leis, mais claramente poder discutir projetos que possam beneficiar a vida das pessoas. E este é um projeto que tenho certeza, se fizermos uma boa discussão, irá beneficiar a vida de muita gente.

Finalizo aqui agradecendo mais uma vez a oportunidade e reiterar: o Banco Social continua paralisado e o Governo não tem dado atenção a esse assunto.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Democratas, com a palavra, Deputado Elio Rusch.

Liderança dos Democratas: Deputado Elio Rusch

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Uso o horário da Liderança dos Democratas para falar sobre um assunto, talvez não seja tão normal discutir algo dessa importância na Assembléia Legislativa, mas, Sr. Presidente, os noticiários, nos últimos dias, nos fazem ao menos não esclarecer, mas deixar registrados nos Anais desta Casa, alguns acontecimentos que recentemente foram registrados no nosso país.

O mundo inteiro tem assistido no mês de julho e agora, em agosto, ainda, os Jogos Pan-Americanos, e perplexos ficaram muitos países com a desertação, ou seja, a fuga de 2 atletas cubanos da concentração. Não quero, aqui no Paraná e nem nós aqui no Brasil, discutir a política econômica, a forma, ou mesmo o regime de Governo adotado pelos cubanos, mas uma coisa ficou clara, Srs. Deputados, nem os atletas cubanos concordam com aquilo que acontece hoje em seu país. Se assim não fosse, Deputado Valdir Rossoni, os 2 boxeadores cubanos que desertaram da sua delegação ou que fugiram e não queriam voltar mais para o seu país de origem, para Cuba, alguma coisa mais preocupante os atletas devem ter levado em consideração.

Agora, o que nos chama a atenção, Sr. Presidente, é o seguinte: quem somos nós, aqui, na Assembléia Legislativa, e nem competência temos para tal, mas temos que erguer as nossas vozes, sim!

Ora, Deputado Reinhold Stephanes Júnior, os atletas quando vieram para o Brasil receberam um visto, e segundo informações, o visto que os atletas tiveram era de 90 dias. Quando os 2 atletas saíram da delegação de Cuba, permanecendo no Brasil - veja, Sr. Presidente, eu considero gravíssima a situação para o país - o Governo de Cuba considerou os 2 atletas desertores, desaparecidos. E qual foi a ação do Governo Federal do Brasil? Fazer as buscas imediatas! Localizaram os 2 atletas cubanos! Localizaram! Não deram o direito sequer de contratar um advogado, deportaram os 2 atletas imediatamente para Cuba, quando na verdade eles tinham um visto de 90

dias! Ora, aí podem alegar: “E quem sou eu, não entendo nada desse assunto?” Podem dizer: “Mas eles não estavam de posse do passaporte.” Mas, a Polícia Federal dever ter, com toda a certeza, o registro de todos os estrangeiros que entram legalmente em todo o país. Eles estavam legalmente no nosso país, e o Governo Federal, atendendo o Governo cubano, e aí que vem a pergunta, a indagação: por que atender tão rápido? Será que é por que defendem, em muitos caminhos, os mesmos objetivos? Será que é por que Fidel Castro é o pai da política de Hugo Chávez, na Venezuela, ou será que porque o Lula, Presidente do Brasil, é simpatizante também das idéias adotadas por Hugo Chávez e por Fidel Castro? Aí vêm as indagações: por que aconteceu isso? Será que um dia isso não vai custar caro para o Brasil? Será que isso não vai custar caro para nós, brasileiros, como uma série de outras coisas que acontecem? Será que o Presidente do Brasil não vai dizer: “Mas, eu não sabia de nada. Aliás, eu não vi nada!” E esta semana eu vi na televisão, em um dos programas humorísticos, o Presidente Lula falando, e eu diria o seguinte, Srs. Deputados: nunca na história deste Brasil se viu um Presidente que não viu nada, nunca se viu na história do Brasil um Presidente que não sabe de nada! Esta frase se aplica a Luiz Inácio Lula da Silva.

O Sr. Stephanes Júnior (PMDB)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Deputado Elio Rusch, na realidade quero dizer da minha surpresa que a Polícia Federal tenha feito isto, porque é um absurdo 2 cidadãos de um país que eu tenho certeza que o intuito deles era não voltarem mais para Cuba, que é uma ditadura, e o Brasil os deporta, sendo que eles ainda tinham o direito de estar no Brasil! É uma vergonha isto!

Lamento este fato porque não faz sentido esta atitude da Polícia Federal. Agora, felizmente lá não tem Sibéria, mas eles devem estar em algum lugar, me parece que em alguma fazendinha iriam colocar os 2 para uma reciclagem.

O SR. ELIO RUSCH (Democratas)

Aliás, Deputado Júnior, o Governo cubano, e estou dizendo o que eu ouvi pela imprensa, o Governo cubano disse que se o Brasil devolvesse os atletas, se esses atletas voltassem para o seu país, nada aconteceria para eles, nada aconteceria!

Mas hoje, ouvindo a CBN, ouvi comentários que eles não têm liberdade, que eles já estão num lugar como uma prisão domiciliar. Quer dizer, isto me lembra um outro ex-ditador que não existe mais na face da Terra, que é do Iraque, quando o seu cunhado também desobedeceu as ordens do Governo do Iraque, ele disse que poderia voltar para o seu país que não aconteceria nada. Voltou para o seu país e qual foi o caminho? Fuzilamento e morte!

Então, quer dizer, é importante, longe de eu querer comparar Fidel Castro, Hugo Chávez, com o Governo do Iraque, sabe, longe disto, mas alguma coisa estranha existe no ar, alguma coisa estranha existe no ar mesmo, Srs. Deputados.

Temos tantos problemas no Brasil, tantos problemas de criminosos fugidos, os criminosos de colarinho branco, tanta coisa que anda solta por aí, agora 2 atletas com visto de permanecer no Brasil, antes de vencer o visto eles foram deportados! Por que foram deportados? Será que era porque eram 2 atletas de ponta, de top, que poderiam, de repente, nos outros países, Deputado Antonio Belinati, contar nos outros países qual é o regime e como vive a população de Cuba? Será que é isto que nós queremos para a nossa sociedade? Não, mas o Governo brasileiro tem que ter responsabilidade! Aliás, quando a responsabilidade recai sobre os ombros do Governo, existe uma frase conhecida que eu já disse: “Não sei de nada, não vi nada.”

Por isto, eu digo, companheiros, nunca na história deste país se viu um Presidente que não viu nada, que não sabe de nada e não enxerga nada. Atende apenas os interesses dos seus comparsas Fidel Castro e Hugo Chávez.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

PP com a palavra. Deputado Antonio Belinati.

Liderança do PP: Deputado Antonio Belinati

O SR. ANTONIO BELINATI

Nobre Presidente Augustinho Zucchi, Deputada Luciana Rafagnin, jovem marido Alexandre Curi, Sras. e Srs. Deputados.

Inicialmente quero transmitir à Casa que a partir de amanhã, até por sugestão do Deputado Alexandre Curi, estaremos todos os dias com um programa ao vivo na Rádio Cultura AM, aqui da capital, falando ao povo de Curitiba e da região.

Muito obrigado, nobre Alexandre Curi, pela feliz sugestão.

Sr. Presidente, durante o período de recesso se comemorou, no dia 28, o Dia do Agricultor. Hoje nós temos a alegria de ter um grande paranaense como Ministro da Agricultura, a quem desejamos muito êxito nesse trabalho para servir a agricultura do Paraná e do Brasil, Ministro Reinhold Stephanes. E o que a maioria dos agricultores afirmou sobre essa data em homenagem a eles é que não havia nada a comemorar, e não é culpa do Ministro que assumiu tão recentemente, porque o Governo vem dando pouco apoio, pouco incentivo aos nossos produtores rurais.

Dentro desse espírito, quero aproveitar e pegar um gancho, já que a Casa estava fechada, não tinha Sessão, não pudemos homenagear o agricultor e o Paraná, como sendo o maior celeiro do mundo, seria um absurdo não prestarmos essa homenagem aos produtores rurais.

Quero aproveitar e falar também do agronegócio. O agronegócio, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, contribuiu, só no ano passado, com 37% de todos os empregos que foram criados no Brasil e o agronegócio contribui com 27% do PIB brasileiro, do dinheiro que entrou para engordar a balança comercial brasileira, 42 bilhões foram frutos do agronegócio!

Queremos, nesta oportunidade, homenagear a todos aqueles que têm na força da agricultura, ou na fé da agricultura, contribuído para o desenvolvimento do nosso estado, lembrando que o Paraná é um dos maiores produtores de soja do mundo. O Brasil é o maior exportador de açúcar do mundo, o maior exportador de suco de laranja. O Brasil é o maior exportador de fumo também, é fumo aqui e fumo também no exterior. O Brasil é o maior exportador de carne bovina do planeta Terra, quem mais exporta carne bovina é o nosso país. O Brasil é também o maior exportador de frango, aliás esse negócio de frango, no momento, está bom! E o Paraná ocupa a primeira posição entre os estados brasileiros na produção de aves.

Por isso queremos lembrar que o povo do Paraná é um povo que trabalha, é um povo que não tem preguiça para trabalhar. Produtos oriundos da mandioca, o Paraná também é o maior produtor em nosso país e um dos maiores produtores do mundo. O produtor de milho, trigo, feijão, minha gente, esta terra abençoada, vejam em quanta coisa o Paraná está em 1º lugar! Eu tenho a lista aqui de vários produtos em que o Paraná se projeta como maior produtor do mundo, não é apenas a nível de Brasil! Entretanto, queremos desejar que o Governo Federal, não basta apenas colocar um Ministro do Paraná, mas que dê força ao Ministério da Agricultura, que empreste dinheiro com juros baixos para o nosso agricultor.

Tem o problema do dólar que está sendo cotado baixo e isso tem prejudicado muito o produtor rural, entretanto, os insumos não têm baixado de preço, não. O dólar chega a cair de cotação, mas os produtos que o agricultor precisa comprar para preparar a sua terra, para semear, para plantar, para colher, continuam subindo. Se o dólar está na cotação mais baixa dos últimos anos, era de se esperar que os insumos também caíssem de preço. E é bom lembrar que tem agricultor que quando compra o insumo pagando juros, pagando caro, muitas vezes perdendo a propriedade, porque quando tem uma geadada, ou não chove, ou chove demais, quando ele perde a produção, a dívida dele permanece crescendo, aumentando cada vez mais. Mas mesmo quando corre tudo normal com a agricultura, o nosso lavrador compra insumo hoje, até ele preparar a terra, plantar e esperar nascer, produzir, até que ele venda este produto, demanda de um modo geral 12 meses.

Então, queremos uma agricultura forte e que todos nós possamos apoiar essas pessoas que com o suor, com o sacrifício, com amor à terra e amor ao Brasil planta, reza, faz promessa para ter uma boa colheita. Produz, sim, graças a Deus, de um modo geral a produção de inúmeros produtos, é uma produção em abundância, mas o

produto agrícola, enquanto está na mão do produtor tem um valor muito baixo, muito insignificante. Ele sobe exageradamente de preço depois que cai na mão do atravessador, na mão do intermediário, ou depois que o produto saiu daqui e foi mandado para o exterior.

É preciso valorizar o produtor da terra, com insuamos sendo vendidos a preços baixos, com juros bancários que o agricultor possa pagar e que, acima de tudo, o Governo possa criar, agora na figura do Ministro Stephanes, mecanismos no sentido de criar melhores condições para que o próprio Governo contribua e ajude o agricultor na compra daquilo que ele produziu nesta terra querida, que é a nossa terra do Paraná. Nossa gente tem vontade de trabalhar, não é preguiçosa! Entretanto, de um lado o agricultor trabalhando e produzindo, e do outro, pouco apoio do nosso Governo, os bancos gananciosos.

Ainda hoje saiu um levantamento de que esses malditos banqueiros, desumanos, cruéis, alguns até com o coração diabólico, esses banqueiros aumentaram as tarifas bancárias - é notícia de hoje - aumentaram em 180% as tarifas bancárias acima da inflação de 7 anos para cá. Teve banco aí se vangloriando, festejando que teve no último balanço de apenas 6 meses, um lucro de R\$ 4 bilhões, sob as vistas protetoras das autoridades que estão em Brasília, muitas delas governando para os banqueiros, governando para os poderosos, sugando o sangue do nosso sofrido povo trabalhador brasileiro.

Era o que tínhamos. Uma palavra de apoio total ao nosso agricultor. Que Deus abençoe e ilumine essa gente querida, em que pese a falta de apoio governamental, que eles continuem apostando e acreditando no Brasil, produzindo o alimento que nos sustenta, que mata a nossa fome, que alimenta o povo do Brasil e do mundo.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Concedo a palavra ao Deputado Elton Welter.

Liderança do PT: Deputado Elton Welter

O SR. ELTON WELTER

Sr. Presidente, ouvi atentamente os Deputados Belinati e Elio Rusch e parece até coincidência. Os temas que preparei para falar são temas que têm a ver com a questão dos juros altos, os lucros dos bancos. Ontem eu assisti ao jornal e vi uma dona de casa comemorando porque estava adquirindo o seu 1º veículo. A pergunta é: por quê? Porque um setor da sociedade brasileira está conseguindo consumir esses tipos de bens. Um veículo. Funcionários de empresas, assalariados.

O IBGE divulgou ontem porquê a indústria cresce há 9 meses consecutivos. Quais são esses fatores que fazem com que 14 setores pesquisados todos cresceram e cresceram bem? Um dos fatores é exatamente esse: há mais oferta de crédito, com relação a juros e tudo o mais, e o poder aquisitivo do povo melhorou. Outro, inclusive o que afeta o setor da indústria, o juro está baixando.

Quando o Presidente Lula assumiu, a taxa SELIC era de 26,5. Hoje está menos de 11.

Eu estava numa reunião com o Presidente da República há 3 anos e meio atrás, na Associação Comercial do Paraná. Um empresário perguntava ao Presidente: “Presidente Lula, esses juros mais altos do mundo, como faz para baixar? O que está acontecendo que não baixam esses juros?” O Presidente prontamente respondeu da seguinte forma: “Nós estamos mudando as regras do Banco Central para que as empresas, os empresários dos mais diversos segmentos, coloquem o seu recurso nas cooperativas de crédito, coloquem a sua poupança nas cooperativas de crédito. Vai diminuir o lucro dos grandes bancos que V. Exa. criticou. Você vai emprestar para você mesmo, para o teu pessoal, para o teu segmento e quem vai fixar as taxas de juros vão ser vocês”. Se formos analisar as taxas de juros da SICOOP, da SICREDI, das cooperativas de crédito, o juro é menor.

Portanto, Deputado Belinati, não tenha dúvida que há um esforço grandioso por parte da equipe econômica do Presidente Lula, uma responsabilidade muito grande no sentido de fazer com que o país negocie de cabeça erguida. Aliás, como está negociando de cabeça erguida. Fazia tempo já que se tinha dependência de recursos do Fundo Monetário Internacional. Não tem mais. Dívida externa, já nem se fala mais. Existe uma segurança institucional na República, como nunca vista antes. Aliás, a diplomacia necessária que o Presidente Lula tem imprimido por um país soberano, independente, tem feito com que, quando antes de o Lula assumir, se falava em ALCA - Área Livre do Comércio das Américas. O Presidente falou, tudo bem, mas desde que as regras sejam iguais.

Qual é a grande briga do Presidente da República quando libera o G20? É com relação às tarifas, que sejam equiparadas na questão da exportação e da importação. Os nossos produtos agrícolas, quando forem colocados lá fora, nós queremos que aquilo que vocês trazem, que nós importamos, tenham os mesmos parâmetros, e isso os países mais ricos não aceitam. O Lula lidera isso, Deputado Belinati.

Veja só a grandeza, isso tem acontecido, faz com que países que estão em situação semelhante a do país, se apóiam na liderança do Presidente Lula para fazer com que, de fato, os países que estão numa situação econômica como a do país que galga estar com economias melhores no futuro, faz com que a disputa de tarifas internacionais sejam equiparadas, para que no processo de mundialização do capital hajam regras iguais, quando se fala em área livre de comércio que se tenha regras claras para que não haja boicote à indústria nacional, para que a nossa indústria seja mais competitiva.

Mais um dado importante, Deputado Belinati, V. Exa. falou dos juros altos e assim por diante. Ficou muito claro, o juro está caindo. Os lucros dos bancos são altos, nós condenamos também, mas estamos trabalhando, há um esforço grandioso, como já disse, para que haja uma poupança de aplicação de recursos às pessoas,

aos empresários, aos agricultores, para que coloquem os seus recursos nas cooperativas de crédito, porque daí eles vão emprestar para eles mesmos. Aí podem abaixar mais os juros. Os lucros dos bancos vão diminuir.

Concedo o aparte ao Deputado Antonio Belinati.

O Sr. Antonio Belinati (PP)

Deputado Welter, primeiro vamos torcer pela mulher e tantos outros que estão financiando carro em 36 meses ou mais, que efetivamente eles consigam pagar, porque a pessoa olha lá o valor da prestação e depois muita gente acaba até ficando inadimplente, porque não tem idéia da dimensão a quanto vai a taxa de juros.

Tenho dito em muitas rodas que para vários segmentos realmente o poder aquisitivo melhorou. Tenho dito isso e é uma verdade, Deputado, como também é uma verdade que o segmento da agricultura precisa ser mais bem apoiado pelo Governo. Creio que V. Exa. também concorda que um único banco que em 6 meses, teve R\$ 4 bilhões de lucro, poderia ter tido 2. Esses outros dois de diferença, quantos hospitais, quantas creches, quantas escolas, quanta coisa boa poderia fazer para ajudar o próprio Governo na melhoria da qualidade de vida do nosso povo.

Sobre juros caindo, ontem à noite fui fazer uma compra no Supermercado Extra e na hora de pagar entreguei o meu cartão de crédito à moça do caixa, que perguntou: “O senhor quer parcelar?” Eu perguntei: mas é o mesmo preço? Ela: “Não, tem um jurinho.” Falei: quanto é o juro? Ela falou: “É uns 4,5%”.

Mesmo com cartão de crédito, que o risco do Extra ou de outros empresários é quase zero. Agora, multiplicando isto por 12 meses, vai dar um juro absurdo!

Então, são coisas que precisamos, como Deputado, como V. Exa. tem feito, alertar o Governo, no sentido de corrigir aonde ainda há falha e que pode ser melhorado.

O SR. ELTON WELTER (PT)

Certamente não concordamos com esses lucros exorbitantes dos bancos. Concordo com V. Exa. e certamente pode ser revertido isso.

Deputado Elio Rusch, o Presidente Lula não tem esquecido os menos favorecidos da sociedade. O Presidente Lula tem feito um controle rigoroso da inflação e dando ganho real acima da inflação para os assalariados do povo brasileiro. O poder de consumo do povo está melhorando ano a ano. O Presidente Lula não se esqueceu do compromisso que teve com o povo brasileiro. O Presidente Lula tem uma memória extraordinária, ele é uma pessoa que se pronuncia, fala à nação seguidamente, mas um Presidente que, com certeza, tem o respeito internacional. Respeitamos a sua visão ideológica diferenciada, mas, o Presidente Lula, nos seus 8 anos, certamente não esquecerá do compromisso de fazer com que esta nação seja uma grande nação que haja distribuição de renda com crescimento gradativo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)
PMDB, PSDB, Liderança do Governo.
(Declinam)

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Indicação nº 241/07, de autoria do Sr. Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente, propondo ao Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública, o aumento do contingente de no mínimo 02 (dois) policiais e ronda ostensiva no distrito de Ourilândia - município de Barbosa Ferraz. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 242/07, de autoria do Sr. Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente, propondo ao Sr. Secretário de Estado da Saúde e Bem Estar Social, atenção especial no atendimento da necessidade de um veículo - ambulância - para o distrito de Ourilândia - município de Barbosa Ferraz. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 243/07, de autoria do Sr. Deputado Felipe Lucas, constante do expediente, propondo ao Sr. Secretário de Estado da Saúde, o fornecimento de uma bomba de infusão digital, para o Hospital de Caridade Dr. Darcy Vargas, da cidade de Rebouças. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 244/07, de autoria do Sr. Deputado Felipe Lucas, constante do expediente, propondo ao Sr. Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento, o fornecimento de equipamentos agrícolas para a comunidade de Tijuco Preto no município de Prudentópolis. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 245/07, de autoria do Sr. Deputado Elio Rusch, constante do expediente, propondo ao Sr. Secretário de Estado da Fazenda, a celebração de convênio com o CONFAZ - Conselho Nacional de Política Fazendária - no sentido de promover a isenção ou redução da alíquota do ICMS, para os medicamentos e insumos hospitalares para as instituições que atendem pelo SUS. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 246/07, de autoria do Sr. Deputado Alexandre Curi, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado e ao Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública, viabilizar o enquadramento dos funcionários do NUCRIA - Núcleo de Proteção à Criança e aos Adolescentes, vítimas de Crimes. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Luiz Malucelli, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Mauro Moraes, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 08 (oito), de autoria do Sr. Deputado Geraldo Cartário, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Waldyr Pugliesi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria da Sra. Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 236/07, de autoria do Deputado Osmar Bertoldi, que dispõe sobre a instalação de coletores de lixo reciclável nas universidades, faculdades, centros universitário, escolas, colégios, estádios de futebol, supermercados, shoppings centers e eventos onde haja concentração pública. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 236/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam as universidades, faculdades, centros universitários, escolas, colégios, estádios de futebol, supermercados, shoppings centers e eventos onde haja concentração pública, obrigados a instalar coletores de lixo reciclável.

Art. 2º Os coletores de lixo reciclável devem ter separação detalhada dos materiais recicláveis nas categorias plástico, papel, metal e vidro.

Art. 3º Sua instalação deve ser feita em local visível e providenciado divulgação dos mesmos, com informações sobre sua utilização, tempo de decomposição do lixo e benefícios da reciclagem.

Art. 4º O descumprimento das disposições contidas nesta lei implicará em multa de 300 (trezentas) UFIRs - Unidade Fiscal de Referência.

Art. 5º O Poder Executivo regulamentará a presente lei.

Art. 6º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 07.08.07.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente
TERUO KATO - Relator

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 415/07, de autoria da Deputada Cida Borghetti, que dispõe sobre a criação do serviço voluntário ambiental no âmbito do estado e dá outras providências. **Aprovado. (Publ. no DA nº 060/07, de 06/06/07, em Projetos de Lei).**

3ª Discussão

ITEM 03

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 364/07, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que autoriza o Poder Executivo a doar o imóvel que especifica, ao município de Alto Piquiri. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC. COM EMENDA DA COPTC. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

1ª Discussão

ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 154/07, de autoria da Deputada Rosane Ferreira, dispõe sobre o uso e consumo de madeira reflorestada em obras públicas do estado do Paraná. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CEMA e COPTC. **Aprovado. (Publ. no DA nº 016/07, de 26/03/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 154/07

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria da Deputada Rosane Ferreira, dispõe sobre o uso e consumo de madeira reflorestada em obras públicas do estado do Paraná.

O projeto de lei em questão não encontra nenhum óbice constitucional. Em diligência à Secretaria de Obras Públicas o mesmo recebeu referendo favorável, enfatizando a implementação de ações no sentido de preservação do meio ambiente, com sugestões para sua regulamentação conforme consta em seu artigo 5º.

Quanto à técnica legislativa, foram observadas todas as disposições pertinentes à Lei Complementar nº 095/98.

Portanto, chamada esta relatoria a se manifestar, somos de parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 05.06.07.
(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE
PROJETO DE LEI Nº 154/07

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria da Deputada Rosane Ferreira, pretende dispor sobre o uso e consumo de madeira reflorestada em obras públicas do estado do Paraná.

Chamada esta Comissão de Ecologia e Meio Ambiente a opinar, e entendendo que nada obsta ao seu prosseguimento, apresentamos parecer favorável ao prosseguimento do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 11.07.07.
(aa) EDUARDO CHEIDA - Presidente
OSMAR BERTOLDI - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
PROJETO DE LEI Nº 154/07

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 154/07 de autoria da eminente Deputada Rosane Ferreira, dispõe sobre o uso e consumo de madeira reflorestada em obras públicas do estado do Paraná.

Com parecer favorável da área técnica da Secretaria de Estado de Obras Públicas, trata-se de projeto que visa o uso e consumo de madeira reflorestada em obras públicas do estado do Paraná, cabendo ao estado implantá-lo pois é de maior importância para a implementação de ações no sentido de preservar o meio ambiente.

Desta forma, nosso parecer é favorável.
Sala das Comissões, em 13.06.07.
(aa) MARCELO RANGEL - Presidente
EDSON STRAPASSON - Relator

O Sr. Presidente Nelson Justus assume a Presidência.

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 178/07, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, que trata da implantação de tarifa justa para o fornecimento de água no estado do Paraná. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CICTM e CDDMCA. (Publ. no DA nº 017/07, de 26/03/07, em Projetos de Lei).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 178/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, objetiva implantar a Tarifa Justa para o fornecimento de água no estado do Paraná, proibindo assim, a cobrança de quaisquer valores que não tenham relação com o consumo real, efetivamente usufruído pelos consumidores.

Fundamentação

A SANEPAR, responsável por questões afetas ao tratamento de água e esgoto em nosso estado, é sociedade de economia mista, administrada pelo estado, que detém a maioria de seu capital social.

Segundo a professora Maria Sylvia Zanella Di Pietro em seu manual intitulado "Direito Administrativo", as sociedades de economia mista compõem a Administração Pública Indireta, a saber:

"Compõem a Administração Indireta, no direito positivo brasileiro, as autarquias, as fundações instituídas pelo Poder Público, as sociedades de economia mista e as empresas públicas."

Em que se pese o fato de o tratamento, abastecimento e distribuição de água ser exercido por empresas concessionárias do estado, isto não retira da SANEPAR o caráter de integrante da Administração Indireta.

Neste sentido é o ensinamento do emérito professor Celso Antonio Bandeira de Mello em seu "Curso de Direito Administrativo":

"Concessão de serviço público é o instituto através do qual o estado atribui o exercício de um serviço público a alguém que aceite prestá-lo em nome do próprio, por sua conta e risco, nas condições fixadas e alteráveis unilateralmente pelo Poder Público, mas sob garantia contratual de um equilíbrio econômico-financeiro, remunerando-se pela própria exploração do serviço, em geral e basicamente mediante tarifas cobradas diretamente dos usuários do serviço."

Ainda, em relação à matéria em análise dispõe a Constituição do estado do Paraná, em seu artigo 87, a saber:

*"Art. 87. Compete privativamente ao Governador:
(...)*

IV - dispor sobre a organização e o funcionamento da Administração Estadual, uma forma da lei criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública". (grifo nosso)

Entre as atribuições da SANEPAR, está definir qual será o preço da tarifa da água. Por tanto, um parlamentar não pode usurpar a prerrogativa que este órgão tem.

Desse modo, verifica-se que a competência para legislar sobre o tema em tela não pode partir do Poder Legislativo, constituindo, portanto uma constitucional-

dade a eventual disposição sobre a matéria por parte do Poder Legislativo Estadual.

Conclusão

Diante do ora exposto, verifica-se a existência de óbices constitucionais quando à legitimidade para proposição do projeto de lei sob análise, motivo pelo qual opinamos por sua aprovação.

Sala das Comissões, em 19.06.07.

(aa) RENI PEREIRA - Presidente em exercício
MAURO MORAES - Relator

COMISSÃO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO, TURISMO E MERCOSUL PROJETO DE LEI Nº 178/07

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 178/07 de autoria do Deputado Augustinho Zucchi tem por objetivo tratar da implantação de tarifa justa para o fornecimento de água no estado do Paraná.

Após parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, esta Comissão é chamada a se manifestar com relação ao mérito da matéria.

Com objetivo de resgatar o direito do consumidor ao justo pagamento pelo serviço por ele utilizado, apenas pagando pela água consumida, sepulta-se definitivamente a abusiva cobrança da taxa mínima.

Sendo assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 10.07.07.

(aa) EDGAR BUENO - Presidente
RENI PEREIRA - Relator

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR PROJETO DE LEI Nº 178/07

P A R E C E R :

O presente projeto de autoria do Deputado Augustinho Zucchi trata da implantação de tarifa justa para o fornecimento de água no estado do Paraná.

É justo o mérito exposto na presente proposta que busca estabelecer critério claro na relação comercial ao que o serviço se inclui, permitindo aos consumidores o pagamento pelo legítimo valor daquilo que consumiu.

Portanto, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 10.07.07.

(aa) RENI PEREIRA - Presidente
FRANCISCO BÜHRER - Relator

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 2293, de autoria do Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) Sessões. **Rejeitado.**

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo)

Concedo a palavra para encaminhar ao Sr. Deputado Augustinho Zucchi.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (PDT)

Sr. Presidente, Srs. Deputados, caro nobre Líder do Governo Deputado Luiz Claudio Romanelli.

Vocês se lembram da campanha eleitoral. Vocês se lembram do último debate da campanha eleitoral quando um dos momentos de maior discussão foi com relação à tarifa mínima cobrada pela SANEPAR. Pois bem, o então candidato Senador Osmar Dias, candidato que nós apoiamos, apresentou a proposta de extinguir a tarifa mínima da SANEPAR. O Governador, por 3 vezes, e eu assiti o debate para ter certeza do que estou falando, por 3 vezes discordou da proposta com o mesmo argumento. O argumento de que isto iria privilegiar aqueles que têm apartamento na praia.

Então, após a passagem de eleição, eu me cerquei de uma equipe técnica para discutir um projeto que pudesse propor à Assembléia Legislativa a alteração disto que acontece com relação à questão da SANEPAR.

É importante que a imprensa saiba também que o Código de Defesa do Consumidor diz o seguinte: “ninguém é obrigado a pagar por aquilo que não compra ou aquilo que não consome”. Repito “ninguém é obrigado a pagar por aquilo que não compra ou aquilo que não consome”. Sabem quantas mil famílias a tarifa social alcança, no Paraná? Está aqui: 357 mil domicílios. Sabem quantos domicílios no Paraná pagam a tarifa mínima e não consomem 10m3 de água? 2,4 milhões de ligações de água, 1,4 milhões. Mais de 50% do total registra um consumo inferior aos 10m3 estabelecidos na tarifa mínima.

E há determinação de que a água é um bem comum, patrimônio de todos. Aliás, o Brasil, conversava a pouco com o Deputado Douglas Fabrício, o Brasil é um dos únicos países - ainda - com capacidade de abastecimento. Há países nos quais está se reaproveitando a água da privada! E um dos itens de economia de água, seria a alternativa de fazer com que o cidadão pudesse consumir, aliás, pudesse pagar por aquilo que consome e não a tarifa mínima. E o que é pior: em cima da tarifa mínima, 80% daquilo que é pago da tarifa, automaticamente se paga pela taxa de esgoto.

Então, se pretendemos beneficiar as pessoas de baixa renda, se pretendemos fazer com que haja justiça com relação à questão do fornecimento de água à população, nós temos, sim, que aprovar este projeto. Alguém pode dizer: pois é, mas este projeto pode criar dificuldades às custas da SANEPAR. Não é verdade, porque simplesmente todos passariam a pagar exatamente por aquilo que consomem. Agora, o cidadão, o consumidor não é obrigado a suprir uma deficiência da empresa, que por conta quem sabe de não ser mais eficiente, possa cobrar a mais do que aquilo que ele consome.

Eu fiquei estarelecido quando vi o número de ligações que utilizam menos que a tarifa mínima. Se fossem cem mil ligações já valeria à pena. Porque a questão não é de número. É de princípio: ninguém deve - repito -

pagar por aquilo que não consome ou não comprou. E se nós queremos, na linha que atua o Governador, beneficiar as famílias carentes, é importante que nós possamos estabelecer isto, que no Paraná há uma discussão muito grande.

Para apresentar esta proposta ao Paraná, é óbvio que o Senador Osmar Dias não fez isto apenas pela boa vontade que teve. Não! Eu participei de um grupo de discussão, de técnicos renomados que davam esta condição para que tivéssemos a possibilidade de eliminar a tarifa mínima, para que pudéssemos estabelecer, por dever de justiça, essa condição para os consumidores.

Também sabemos que há pouco tempo, mais precisamente em 05 de janeiro de 2007, foi promulgada a Lei nº 11445, lei federal que estabeleceu novas diretrizes e políticas nacionais para o saneamento básico, o qual, segundo essa lei, inclui o abastecimento de água potável no inciso I do artigo 3º. Segundo o parágrafo do inciso I do artigo 29 da referida lei: *A instituição das tarifas, preços públicos e taxas deve contemplar entre outras as diretrizes de ampliação do acesso às famílias de baixa renda, inibição do consumo supérfluo e do desperdício de recursos hídricos.*

Portanto, se queremos incentivar à família para que economize água, nós não podemos dizer: se você consumir ou não consumir, você vai pagar 10m3. Mas, dizem: ah! mas a SANEPAR tem que cobrar os 10m3, porque senão teremos problemas na arrecadação da empresa. Não existe isso! Se a SANEPAR, que presta, através de uma concessão, serviço de fornecimento de água potável e de tratamento de esgoto às comunidades do Paraná e por extensão a sua população, nós não podemos imaginar que por conta de uma dificuldade financeira ela possa retirar das famílias aquilo que não consomem e o que é pior, retirar das famílias de baixa renda, porque as famílias que não consomem os 10m3 são de baixa renda. E vocês sabem por que foram estabelecidos 10m3? Porque a Organização Mundial de Saúde diz que uma família média, para efeito da sua satisfação pessoal, deve consumir no mínimo 10m3 de água durante o mês. Ocorre que não é isso que as famílias em média têm consumido no Paraná, e também, para deixar mais tranquilo daquela preocupação que tinha o Governador, diz aqui no artigo 3º da Lei: *Nos casos comprovados de consumo sazonal, ou seja, ligações em que não exista consumo durante pelo menos seis meses, consecutivos ou não, o Governo do Estado poderá autorizar a adoção de tarifas sazonais, com valor superior aos das tarifas convencionais.* O que elimina o privilégio que era a preocupação do eminente Governador durante o debate onde se discutiu essa proposta naquele momento.

Por isso, peço ao Deputado Líder do Governo que aprovemos esse projeto. Sou contrário à postergação desse projeto, porque já discutimos isso na outra legislatura. Tivemos aqui dois ou três projetos nesse sentido, e, é importante que tenhamos a condição de fazer essa

votação no dia de hoje, até porque hoje estamos apreciando a constitucionalidade. Espero que possamos aprovar o projeto hoje, Deputado Romanelli, e quem sabe então na discussão do mérito, que V. Exa. possa argumentar com relação a isso. Agora uma coisa é certa, escuto muita gente falar sobre o apoio às famílias carentes e talvez seja um dos pontos em que o Presidente Lula esteve intocável, por força de estar apoiando famílias que, quem sabe, não receberam esse apoio em outras oportunidades.

Espero que esta seja uma oportunidade para apoiarmos, não apenas as famílias mais carentes do estado, mas por dever de justiça ninguém deve pagar por aquilo que não consome, ninguém deve pagar por aquilo que não compra. Assim diz o Código de Defesa do Consumidor, que no caso da SANEPAR se transforma em apropriação indébita, porque as pessoas pagam o que não consomem.

Muito obrigado!

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Para encaminhar. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu ouvi as palavras do nobre Líder do PDT, Deputado Augustinho Zucchi, e sinceramente quem ouve a convicção com que se expressa...

O Sr. Augustinho Zucchi (PDT)

Deputado Romanelli, só uma correção, desculpe, eu não sou Líder do Partido, o Líder é o Deputado Luiz Carlos Martins.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Embora V. Exa. seja um líder natural do PDT, até como porta-voz que é do Senador Osmar Dias nessa Casa. Mas eu quero dizer Deputado Augustinho Zucchi primeiro, que nós estamos discutindo a constitucionalidade, justamente porque o primeiro tema a ser enfrentado é o da constitucionalidade, por isso que eu não quero ser incoerente de poder aprovar a constitucionalidade e o projeto que é flagrantemente inconstitucional. Porque em que pese, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o parecer da Comissão de Justiça, V. Exas. poderão ler o parecer que tem desse projeto, parecer do Projeto de Lei 178, V. Exas. leiam o parecer e verificarão que o parecer inteiro é contra a constitucionalidade do projeto, sendo modificadas exclusivamente os dois vernáculos, aonde estava escrito inconstitucionalidade por constitucionalidade, e onde estava escrito reprovação por aprovação. Único e exclusivamente foram modificados os dois vernáculos, só isso, mais absolutamente nada do parecer, o parecer inteiro é pela inconstitucionalidade da matéria.

Então, essa é a primeira questão que a decisão da Comissão de Justiça foi política, não foi uma decisão eivada no bom direito, até porque o artigo 87 é claro e que compete privativamente ao Governador dispor...

O SR. PASTOR EDSON PRACZIK (PRB) (Pela Ordem)

Eu fiquei com uma dúvida Sr. Presidente, é pela colocação do nobre Líder do Governo, foi um equívoco ou foi fraudado esse finalzinho...

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Não cabe agora, Deputado Pastor Edson Praczyk, aparte ao encaminhamento do Deputado Romanelli. Nós estamos discutindo o requerimento.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

É isso. Eu só quero sugerir ao Deputado, eu quero dizer o seguinte, não vejo como fraude, vejo que houve uma alteração por parte do Relator, única e exclusivamente, V. Exa. poderá ler, tem em suas mãos a Ordem do Dia, poderá ler o parecer da Comissão de Justiça, e verificará que única e exclusivamente foi modificado duas palavras nele, só isso, V. Exa. tem em mãos a Ordem do Dia e pode ler, e quem ler verificará que houve só essa alteração no parecer, mais absolutamente nada, não houve uma preocupação inclusive de fundamentar. Desculpem até colocar o tema desta forma aqui, eu sei que é desagradável, mas é infelizmente da forma como está e eu não posso faltar com a verdade aqui no momento que argumento sobre a questão da constitucionalidade.

Confesso que nem pensava enfrentar o tema da constitucionalidade neste momento, mas eu acabei sendo, sinceramente, desafiado pelo nobre Deputado Augustinho Zucchi, então eu fui obrigado a trocar o tema aqui porque o parecer de fato todo ele encaminha pela inconstitucionalidade, mas só muda-se duas palavras nele, não houve uma preocupação inclusive de se fazer um parecer diferente. E quero dizer, Sr. Presidente, para enfrentar o tema da forma como ele é proposto e que certamente tem que ser o objeto da discussão nesta Casa, até porque eu confesso que V. Exas. sabem disso, eu gosto de enfrentar o tema no mérito. Acho que essa Casa tem que de fato buscar o resgate das suas prerrogativas, claro, mantendo a independência e a autonomia dos Poderes, mas certamente o legislativo tem que de fato avançar nas suas prerrogativas. E o tema na verdade que envolve saneamento ele é regulamentado pela legislação federal. Quem compete nesse caso específico de legislar é a união federal. Os artigos 21 e 23 da Constituição estabelecem essa competência comum em alguns casos com o estado, mas no que tange a fixação das diretrizes do saneamento básico é o da união.

Recentemente foi editada a Lei nº 11445 de 2007, que autoriza cobrança da tarifa mínima, em seu artigo 30. Ouvi aqui o Deputado Augustinho Zucchi falando aqui da tarifa mínima. Olha, telefone na praia tem a tarifa mínima que é cobrado de todos.

Quando envolve saneamento e o modelo tarifário que adotamos, digo nós, a sociedade brasileira, e em todos os estados funciona da mesma forma. Não existe

lugar nenhum que se faça pela tarifa, a tarifa pelo consumo medido.

A tarifa mínima é um instrumento para se ter uma política de modelo tarifário de subsídio cruzado. O que é isso? É aquele que pode mais paga para aquele que pode menos. Essa é a política que a SANEPAR adotou.

Ouvimos os números, são do próprio Deputado Augustinho Zucchi, 1 milhão e 40 mil famílias pagam tarifa mínima.

No debate, o Governador Roberto Requião foi decisivo, com absoluta transparência que um homem público deve ter. Porque seria fácil abrandar o discurso e dizer: vamos rediscutir essa questão. Não, ele foi firme, inflexível e disse não para a demagogia. Disse: “a tarifa é fruto de um modelo tarifário e temos que reconhecer que é de subsídio cruzado.” Ou seja, desmontaríamos o nosso sistema, que funciona muito bem, se não tivéssemos a tarifa mínima.

Não sou especialista em saúde pública, imagine uma família pobre economizando naquilo que é fundamental para a saúde pública, que são as condições sanitárias.

O modelo tarifário é justo, porque garante a tarifa social para as famílias pobres, e são mais de 360 mil famílias que se beneficiam. São R\$ 5 por família. Temos um sistema que garante equilíbrio do ponto de vista das finanças da SANEPAR. E a SANEPAR não tem praticado política de aumento de tarifa, justamente para garantir acesso à população.

Esse tema foi objeto de debate em campanha. E quero dizer, se o Senador Osmar Dias tivesse vencido as eleições, até poderia propor essa tarifa. Mas, teria grandes dificuldades em relação à questão da gestão financeira da SANEPAR. Dificilmente acredito que ele, como Governador, teria implementado este projeto. Por isso, pela flagrante inconstitucionalidade é que, ainda na primeira discussão, estou encaminhando contra e orientando a nossa bancada para votar contrário ao projeto.

O projeto é flagrantemente inconstitucional, além do que, no mérito, nós pudemos aqui debater alguns dos temas, dizendo da forma com que esse tema tem que ser tratado, com a maior responsabilidade. Certamente, a adoção desse modelo tarifário atual de subsídio cruzado é a forma de manter o equilíbrio das finanças da nossa Companhia de Saneamento do Paraná, da nossa SANEPAR.

É isso, Sr. Presidente. Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Apenas para orientar à Plenária que nós estamos discutindo o requerimento do Deputado Luiz Claudio Romanelli que pede o adiamento ou a retirada do projeto por dez Sessões.

O autor do projeto, Deputado Augustinho Zucchi, fez a defesa do seu projeto para que se evitasse o requerimento, mas não estamos discutindo o projeto, estamos apenas discutindo o requerimento.

O SR. RENI PEREIRA (PSB)

Pela ordem, Sr. Deputado?

(Assentimento)

Só para esclarecer, eu estava presidindo a CCJ no dia que foi votado este projeto. O Deputado Mauro Moraes, na verdade, explanou as razões, mas não leu seu relatório e o parecer pela aprovação foi aprovado. Nenhum dos membros leu. Então, foi aprovada a intenção do Deputado Mauro Moraes, que era o Relator da matéria, pela aprovação, pela constitucionalidade. Há equívocos no meio? Há contradições? Há. Então, por isso que quero esclarecer que nem a Presidência da CCJ, nem os demais membros tiveram acesso ao teor do relatório do Deputado Mauro Moraes.

Na hora que o Deputado Mauro Moraes relatou, foi de maneira didática, falando das razões e, por fim, exarou seu parecer pela aprovação. Então, só para deixar bem registrado.

O Deputado Romanelli falou que não sabe como, então, na verdade, aprovamos o parecer pelas palavras do Deputado Mauro Moraes, não pela leitura do seu parecer.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está em votação o requerimento. A súmula do requerimento solicita a retirada da Ordem do Dia do item 05, da pauta, por dez Sessões. Os Deputados que forem favoráveis ao requerimento permaneçam como estão.

Aprovado.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (PDT)

Verificação de votação!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Vai se proceder a verificação de votação.

Os Deputados que forem favoráveis ao requerimento, queiram levantar-se. Os Deputados que forem favoráveis à retirada do projeto por dez Sessões, queiram levantar-se. Vinte Srs. Deputados favoráveis à retirada do projeto.

Os Deputados que forem contrários queiram levantar-se. Vinte e dois Srs. Deputados. Está **Rejeitado** o requerimento.

O SR. PÉRICLES DE MELLO (PT)

Para encaminhar, Sr. Presidente?

(Assentimento)

Acho que é um equívoco profundo a apresentação de um projeto desta natureza. Tenho uma experiência, uma cidade de grande concentração de pobreza urbana como Ponta Grossa, em questão da luz e da água é muito sério.

Permeada de injustiça social.

Deputado Romanelli, para tentar corrigir essa injustiça, tentei fazer contribuição e melhoria em rede de luz e de água. Vou dar um exemplo: Ponta Grossa tem muitas favelas e em alguns lugares, de um lado da rua

temos famílias muito pobres e, de outro lado, especuladores imobiliários. Amplos terrenos baldios. Pois bem, quando a SANEPAR vai instalar uma rede de água, ela cobra a rede e não pode cobrar dos donos dos terrenos baldios porque eles não vão usar a água. Vi exemplos em que famílias muito pobres abriam a rede de água em mutirão para diminuir o custo e mesmo assim tinham de pagar depois, sozinhas, dividindo entre elas o valor da rede de água, enquanto o especulador imobiliário recebia de graça a rede porque não ia usar a água naquele momento.

A mesma coisa a rede de luz, porque a COPEL, quando instala a rede de luz, se tem poucas famílias de usuários, vai ser muito cara a rede. Se tiver bastante é barato porque divide entre todos. Mas, o dono de lotes baldios não entra nessa conta.

De alguma forma o projeto do Deputado Zucchi fala sobre isso. Não podemos confundir a água com mercadoria qualquer que se venda no mercado. A água é vida! Alguém que tem uma rede instalada na sua casa, tem que pagar a tarifa mínima pelo potencial que tem à sua disposição de utilizar a água, que teve um custo. O custo de fazer a rede. A mesma coisa a luz. Porque caso contrário, as pessoas que precisam de água para viver vão acabar pagando uma tarifa mais cara e esse princípio valoriza o incorporador, o especulador que pode manter durante muito tempo imóveis e não pagar nada ou pagar abaixo da tarifa mínima, quando estiver utilizando.

Então, é totalmente injusto a aprovação de um projeto desta natureza. Esse mínimo que as famílias que consomem água pagam, é o mínimo para utilizar o potencial que a rede estabelece para o seu imóvel, assim como também, a rede de luz. Acho que esse projeto é contra o interesse público, contra o interesse do povo paranaense. Ainda mais que temos um Governo no qual pessoas realmente pobres pagam uma tarifa muito pequena, que são as 340 mil famílias. Não podemos sob hipótese nenhuma votar a favor de um projeto desta natureza porque vai de encontro a todas essas conquistas que falou o Deputado Romanelli.

Então, repito, pode ter se cometido um equívoco aqui. Uma família que consome menos tarifa mínima, no caso está pagando o potencial pelo fato do seu imóvel estar ligado a uma rede de luz ou uma rede de água, beneficiando as pessoas mais pobres e estabelecendo mais facilidade para a companhia de água ou de luz levar esse bem universal para todas as pessoas que necessitarem.

Por isso vou contra o projeto!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Para encaminhar, Deputado Pedro Ivo.

O SR. PEDRO IVO (PT) (**Para Encaminhar**)

Gostaria só de complementar dentro da idéia que o Deputado Péricles colocou, o princípio de uma ideologia socialista é onde você se preza pelo coletivo. Quando todo mundo paga um pouco, é possível todo mundo pagar

um pouco menos e todo mundo ajudar a pagar a conta. No princípio capitalista, quanto mais se preza pela particularização, acaba pesando para alguns e para outros acaba sendo mais leve.

Queria colocar também que fiz um estudo quando estive na Prefeitura de União da Vitória e, União da Vitória foi a pioneira em todo o estado do Paraná de implementar a cobrança do lixo junto com a conta da SANEPAR também dentro desse princípio. Porque 50% não pagava o lixo e alguns pagavam. Se todo mundo pagar, é possível que todo mundo pague menos. E nessa ocasião do estudo se chegou a uma conclusão de que o consumo de água está muito ligado ao grau de instrução das famílias: quanto maior o grau de instrução, o gasto é menor; e as famílias pobres acabam gastando a taxa completa. Então, geralmente, são aqueles que têm um grau de instrução maior - pessoas que são aposentadas, que têm um padrão de vida até razoável - que acabam não usando a taxa, mas estão contribuindo para que todo mundo tenha uma tarifa mais baixa.

Então, eu acho que este projeto, a intenção do autor pode ser muito boa, mas no fundo, não ajuda às famílias menos favorecidas.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (PDT) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, há uma discussão, obviamente, com relação ao mérito do projeto, nós estamos discutindo a constitucionalidade. Então, fizemos, propus um acordo ao Líder do Governo que assumiu um compromisso, até porque não é razoável votar um projeto, daqui a pouco derrubar o projeto e que não haja essa discussão toda que foi levantada. Outros estados já estão legislando sobre essa questão.

O encaminhamento é no seguinte sentido: concretizar um acordo proposto aqui pelo Deputado Romanelli, e que ele previamente aceitou, de que nós votássemos em primeira discussão, aprovaríamos em primeira discussão, e com o compromisso de só voltar para a pauta após uma discussão ampla aqui e de comum acordo, inclusive, fazendo uma Audiência Pública, chamando a SANEPAR, discutindo essa situação. E, posteriormente, se não entrar em um acordo, aí que venha para a pauta e que seja então votado contra, por quem acha que deve ser contra, e a favor, por quem acha que deve ser a favor.

Então, encaminhamos nesse sentido. Topamos esse entendimento. E agradeço a compreensão do Deputado Romanelli por fazer esse entendimento.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, dizer a V. Exa. o seguinte: embora haja uma manifestação da nossa bancada em votar o tema, até porque vários Deputados retornaram ao plenário, mas eu entendo que a nossa relação, aqui, entre Situação e Oposição, tem que ser uma relação de res-

peito e ao mesmo tempo de entendimento. Esse acordo proposto pelo Deputado Augustinho Zucchi, embora eu ainda mantenha a posição da inconstitucionalidade do projeto, mas esse acordo de que o projeto só retorne à pauta depois que nós exaurimos esse debate, ter feito esclarecimentos, audiência pública, e uma discussão, e o projeto só volta à pauta após o acordo havido entre a Liderança do Governo e o autor do Projeto, nessa condição nós concordamos em votar a constitucionalidade desse projeto, hoje. E fica ele, na verdade, para poder ser debatido por esta Casa justamente para esclarecer esses temas todos que são, na minha avaliação, extremamente importantes.

Era isso.

O SR. CAÍTO QUINTANA (PMDB) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, Srs. Deputados, reafirmo a votação anterior de retirada de 10 Sessões, embora acordo, desculpe-me o Líder Romanelli e o Líder Augustinho Zucchi, de votar a 1ª discussão e depois discutir para votar a 2ª. Mantenho a minha posição de votar contra ou de votar pela retirada do processo, porque, Deputado Augustinho Zucchi, o processo é constitucional ou não é constitucional? E o que estamos votando hoje aqui é a constitucionalidade. Se hoje dissermos que ele é constitucional não tem por que votar contra depois, porque daí seríamos contra, teoricamente, ao povo, aos beneficiados.

Eu só vou me valer de um artigo: *Compete privativamente ao Governador: IV - dispor sobre a organização e o funcionamento da administração estadual, na forma da lei, criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado e Órgãos da Administração Pública.*

A SANEPAR é um desses órgãos. Nós somos uma Casa de Leis, não é possível votarmos a 1ª votação dizendo que é constitucional e vamos argumentar o que na 2ª discussão para dizer que não é? E adianta, digamos que nós fizéssemos um acordo de aprovarmos as 3 vezes, a lei não valeria do mesmo jeito, pois qualquer pessoa que entre na Justiça pela inconstitucionalidade vai derrubar a lei.

Então, só venho à tribuna para chamar a atenção a isto: para que V. Exa., Deputado Augustinho Zucchi, reconsidere a conversa com o Líder do Governo então, e ao invés de aprovar a constitucionalidade e esperar 10 dias para votar em 2ª votação, tira agora da Ordem do Dia por 10 Sessões e vamos discutir se é constitucional ou não, porque se não é constitucional não tem como votar a favor agora. O que fizemos há pouco? Levantamos da cadeira contra e agora vamos dizer que sim?

Então, eu sugiro, Deputado Romanelli, Deputado Augustinho Zucchi, que façam o entendimento agora: retira por 10 Sessões e vamos discutir a constitucionalidade, porque o projeto é profundamente inconstitucional. Esta lei não vai ter valor nenhum na sequência, porque é lógico que a SANEPAR vai entrar na Justiça e vai derrubar e nós vamos pagar o vale aqui de uma Casa que vota

uma lei que não entra em vigor porque ela não tem constitucionalidade alguma.

Era isto.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Encerrada a discussão, os Deputados favoráveis ao projeto, permaneçam como estão. **Aprovado.**

O SR. CAÍTO QUINTANA (PMDB) (**Pela Ordem**)

Quero registrar meu voto contrário.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Eu, se puder colaborar, quero hipotecar a minha solidariedade, embora não vote, mas o seu voto está rigorosamente certo, mas Inês é morta.

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 206/07, de autoria do Deputado Osmar Bertoldi, que dispõe sobre a obrigatoriedade de construções sustentáveis em edificações públicas em geral, e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CEMA e COPTC. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 021/07, de 03/04/07, em Projetos de Lei).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 206/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O projeto ora em análise tem por objetivo obrigar que, nas construções públicas sejam tomadas, de modo obrigatório, certas providências no que tange a utilização da água, materiais recicláveis e permeabilidade do solo.

Legitimidade e Legalidade

Iniciando a análise pelo artigo 1º do projeto, vê-se que existe erro que prejudica sua aprovação. É cediço o entendimento de que um Poder não deve, muito menos pode obrigar outro a coisa alguma, sob pena de ruptura do princípio insculpido em nossa Constituição Federal da Separação e Independência dos Poderes. Assim, desde logo pode se perceber que o 1º artigo do projeto tende a obrigar o Poder Executivo, por meio da Secretaria de Estado que é responsável pela obra pública, a tomar certa providência ou atitude. Ora, clara fica a inconstitucionalidade neste passo.

Prosseguindo na análise, nota-se que o mesmo vício é encontrado em inúmeros artigos da propositura.

No artigo 2º quando diz-se: "...devem ser utilizadas tecnologias...". Claro está o vício neste ponto.

Já no artigo 3º o texto dispõe da seguinte forma: "...devem ser utilizadas fontes alternativas de energia..." Nova obrigação se afigura para o Poder Executivo, oriundo do Poder Legislativo. Outrossim, neste ponto há invasão de competência, posto que o texto trata sobre energia e sua forma de utilização. Pois bem, consoante o artigo 22 da Constituição Federal:

Art. 22 Compete privativamente à união legislar sobre:

IV - águas, energia, informática, telecomunicações e radiodifusão;

E bem se sabe que privativa é a competência plena, direta e reservada a uma determinada entidade do Poder Público. Assim, invadir tal regra é atuar de modo inconstitucional.

O artigo 5º uma vez mais peca pelo vício de tornar compulsória a adoção de certa medida por outro Poder, quando se escreve: "...devem ser utilizados materiais..."

Em sendo assim, foi elaborado substitutivo geral ao presente projeto, para que este possa prosseguir seu trâmite regular.

Conclusão

Diante do exposto, em sede de parecer, somos pela aprovação do presente projeto de lei, na forma do substitutivo geral que segue como anexo.

Sala das Comissões, em 05.06.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

RENI PEREIRA - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO PROJETO DE LEI Nº 206/07

O Projeto de Lei de nº 206/07, com fulcro no artigo 137, parágrafo 2º do Regimento Interno desta Casa de Leis, passará a ter a seguinte redação:

"Art. 1º Esta lei tem por objetivo autorizar a utilização de construções sustentáveis em edificações públicas, através da utilização da água da chuva, da energia solar, de materiais recicláveis e da manutenção da máxima permeabilidade possível do solo.

Art. 2º Nas construções ou reformas de edificações públicas estão autorizadas a utilização tecnologias construtivas voltadas para o uso racional e para a reutilização das águas servidas, bem como para a utilização da água da chuva.

Art. 3º As edificações públicas sustentáveis poderão priorizar o uso de lâmpadas fluorescentes ou com tecnologia LED.

Art. 4º Nas construções ou reformas de edificações públicas haverá a possibilidade de serem utilizados materiais reciclados e/ou recicláveis.

Art. 5º As construções referidas podem limitar a permeabilização do solo em 50 (cinquenta por cento) em terrenos sem árvores ou matas e em 30 (trinta por cento) em terrenos com cobertura vegetal.

Art. 6º Os projetos arquitetônicos para edificações públicas podem priorizar a utilização da luminosidade e ventilação naturais.

Art. 7º Esta lei entra em vigor a partir da sua publicação."

Sala das Comissões, em 05.06.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

RENI PEREIRA - Relator

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE
PROJETO DE LEI Nº 206/07

P A R E C E R :

A proposta de projeto de lei do nobre Deputado Osmar Bertoldi tem por objetivo criar a obrigatoriedade de construções sustentáveis em edificações públicas, através da utilização da água da chuva, da energia solar, de materiais recicláveis e da manutenção da máxima permeabilidade possível do solo.

Este projeto vem ao encontro das políticas sócias ambientais globais de preservação e sustentabilidade de todo o planeta.

Sendo assim esta comissão emite parecer favorável na forma do substitutivo geral apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, em 11.07.07.

(aa) EDUARDO CHEIDA - Presidente
ROSANE FERREIRA - Relatora

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
PROJETO DE LEI Nº 206/07

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 206/07, de autoria do Deputado Osmar Bertoldi, tem por finalidade criar a obrigatoriedade de construções sustentáveis em edificações públicas, através da utilização de água da chuva, da energia solar, de materiais recicláveis e da manutenção da máxima permeabilidade possível do solo.

Conforme se depreende da justificativa do projeto de lei, a preservação ambiental é fundamental para garantir a sustentabilidade das gerações futuras, sendo o projeto de cunho ambiental e educacional.

Diante do exposto, manifestamos parecer favorável na forma da emenda substitutiva geral apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11.07.07.

(aa) MARCELO RANGEL - Presidente
DOBRANDINO DA SILVA - Relator

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 333/07, de autoria do Deputado Péricles de Mello, que proíbe no estado do Paraná a instalação de postos de venda de combustíveis, derivados de petróleo e produtos inflamáveis em shopping center, hipermercados, supermercados e estabelecimentos congêneros, que utilizam do mesmo CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica) ou mesma inscrição estadual, nas formas e razões que especifica. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CICT. Aprovado. (Publ. no DA nº 042/07, de 08/05/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 333/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O projeto ora em análise, apresentado pelo Deputado Péricles de Mello, tem por escopo proibir a instalação de postos de gasolina juntamente com shopping center, hipermercados, supermercados e estabelecimentos congêneros no estado do Paraná.

Fundamentação

Primeiramente, devemos analisar que o presente projeto de lei visa no mérito atingir a distribuição de combustíveis, o que ocorre é que os postos de combustíveis associam-se com outros tipos de comércio, para poderem fazer uma troca de compensação tributária, pois é comum que estes tenham créditos tributários, que eventualmente, são aproveitados pelos estabelecimentos associados. Sob inteligência da Carta Magna Republicana, em face da análise da legitimidade para iniciar o processo legislativo, vejamos:

Art. 24. Compete à união, aos estados e ao distrito federal legislar concorrentemente sobre:

I - direito tributário financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico;

Ante ao alvedrio constitucional, vejamos que há legitimidade por parte do Poder Legislativo, para criação de normas referentes à tributos. No caso que visa regular, verifica-se que é comum que postos de gasolina tenham créditos tributários, e estes são aproveitados pelos estabelecimentos associados. Geralmente esses estabelecimentos geram o ICMS, que em muitos casos possuem créditos, podendo aproveitá-los através de compensação tributária. No que cerne à compensação tributária há norma infraconstitucional, oriunda do Código Tributário Nacional, o que nos faz saber:

Art. 170. A lei pode, nas condições e sob as garantias que estipular, ou cuja estipulação em cada caso atribuir à autoridade administrativa, autorizar a compensação de créditos tributários com créditos líquidos e certos, vencidos ou vincendos, do sujeito passivo contra a Fazenda Pública.

A legislação tributária prevê a cobrança antecipada do ICMS sobre os combustíveis, retido na refinaria, inclusive a parcela que incide sobre a comercialização dos postos. A compensação tributária tem por objetivo facilitar a cobrança e a fiscalização. Para fazer esta cobrança antecipada, os Governos estaduais estipulam um valor, denominado pauta, e o imposto é recolhido com base nesta pauta, independentemente dos preços praticados pelo posto.

Se a pauta estabelecida for um valor superior ao praticado de fato, a diferença entre o valor pago e o efetivamente devido fica como crédito para o estabelecimento comercial. No caso dos postos de combustíveis, este crédito não adianta para nada, porque não existe

outros produtos nos quais o valor poderia ser compensado. Já para os supermercados, vender combustível por um valor bem mais baixo do que a pauta é um grande negócio: o combustível barato é um chamariz para o consumidor, além de gerar créditos que podem ser compensados em qualquer outro produto comercializado pela empresa, como gêneros alimentícios ou itens de higiene e limpeza. Desta forma, os hipermercados ganham de dois lados, atraem mais clientes para as suas lojas, em função do combustível barato, e recolhem menos impostos sobre outros produtos.

Ainda dentro do âmbito constitucional, agora estadual, é vislumbrada a legitimidade deste ente para legislar:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro da comissão da Assembléia Legislativa, aos Governados do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Bem como:

Art. 130. Qualquer subsídio ou isenção, redução de base de cálculo, concessão de crédito presumido, anistia ou remissão, relativo a impostos, taxas ou contribuições, só poderá ser concedido mediante lei específica estadual ou municipal que regule exclusivamente as matérias acima enumeradas ou o correspondente tributo ou contribuição, sem prejuízo do disposto no artigo 155, parágrafo 2º, XII, da Constituição Federal.

Dentro desta celeuma, vemos que o presente projeto visa resguardar princípios constitucionais, mais especificamente o da livre concorrência:

Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos a existência digna, conforme ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:

IV - livre concorrência.

Esta celeuma dentro das Constituições Federal e Estadual, faz com que o projeto se encontre bem fundado, e balizado. Pois visa em um primeiro momento à proteção de direitos do estado, qual seja a arrecadação tributária, bem como, a livre concorrência, uma vez que conforme dito anteriormente, quando compensando tributo, os preços dos combustíveis se tornam menores, fazendo com que a concorrência seja ferida.

Dentro deste paradigma verifica-se que não é mansa e pacífica a questão uma vez que a Agência Nacional de Petróleo - ANP, ainda não chegou a uma conclusão no que concerne à seara que visa o presente projeto regular. Sabe-se que existe projeto no intuito de normatizar essa celeuma, mas ainda não possui conclusão aplicável ao caso concreto, diante disso, dentro de suas prerrogativas legais, e o dever de não se eximir de suas funções, incumbe ao legislador estadual dirimir as querelas existentes, por derradeiro dizer que muito bem o faz no presente caso ao tornar obrigatório por parte de shopping center, hipermercados, supermercados e estabelecimentos congêneres, que instituem, função de revendedor de

combustível através de empresa constituída nas formas da lei, ou seja, inscrição ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica bem como inscrição estadual.

Conclusão

Com relação à técnica legislativa, o presente projeto de lei não encontra nenhum óbice quanto à Lei Complementar nº 095/98.

Posta assim a questão, diante do analisado, verificou-se que o projeto de lei encontra-se em perfeita consonância com os preceitos legais, sendo revestido de constitucionalidade e legalidade, com base no exposto, nosso parecer é pela aprovação do projeto de lei que ora se analisa.

Sala das Comissões, em 05.06.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DOUGLAS FABRÍCIO - Relator

COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO PROJETO DE LEI Nº 333/07

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Péricles Mello, proíbe no estado do Paraná a instalação de postos de venda de combustíveis, derivados de petróleo e produtos inflamáveis em shopping center, hipermercados, supermercados e estabelecimentos congêneros, que utilizam do mesmo CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica) ou mesma inscrição estadual, na forma e nas razões específicas.

A douta Comissão de Constituição e Justiça já apresentou parecer favorável ao projeto, ao analisar sua constitucionalidade e legalidade.

Chamada a opinar, a Comissão de Indústria e Comércio acompanha o parecer da CCJ, entendendo que a matéria tem méritos indiscutíveis, objetivando assim garantir uma concorrência leal, aumentar o reconhecimento de impostos sem alterar alíquotas faz desse projeto um instrumento oportuno e viável em nosso estado, como bem justifica o autor.

Sendo assim, esta Comissão emite seu parecer favorável à Proposição nº 333/07.

Sala das Comissões, em 10.07.07.

(aa) EDGAR BUENO - Presidente

OSMAR BERTOLDI - Relator

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 368/07, de autoria do Deputado Kielse Crisóstomo, que institui o Dia do Intérprete de LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais). **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 051/07, de 21/05/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 368/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O Projeto de Lei nº 368/07, de autoria do Deputado Cleiton Kielse, tem por escopo instituir no calendá-

rio oficial do estado do Paraná o Dia do Interprete de LIBRAS, que será realizado no dia 26 de julho de todos os anos vindouros.

Fundamentação e Legitimidade

A Constituição Federal destaca a grande importância do trabalho e a necessidade de meios para valorizá-lo, sendo um dos fundamentos da República Federativa do Brasil, vejamos:

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos estados e municípios e do distrito federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa. (grifo nosso)

Quanto à iniciativa legislativa para instituir tal data no calendário oficial do estado do Paraná, não há nenhum impedimento de caráter constitucional, visto que não há vedação legal e nem a iniciativa é privativa do Governador do Estado.

Neste sentido a Constituição Federal também manifesta-se:

Art. 25. Os estados organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem, observados os princípios dessa Constituição.

§ 1º São reservadas aos estados as competências que não lhe sejam vedadas.

Em razão do exposto, por não ser de iniciativa privativa do Governador do Estado bem como a CF. buscar valorizar o trabalho de todo o cidadão, o presente Projeto de Lei reveste-se de total legalidade.

Quanto a técnica legislativa, o projeto em questão não apresenta nenhum óbice frente à Lei Complementar nº 095/98.

Conclusão

Em razão do exposto, estando preenchidos todos os requisitos necessários, resta clara a constitucionalidade do projeto em tela. Nosso parecer é pela aprovação do presente.

Sala das Comissões, em 26.06.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

NEREU MOURA - Relator

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sobre a mesa, Requerimento nº 2240, de autoria do Sr. Deputado Stephanes Júnior, constante do expediente de Sessão anterior. **Retirado pelo autor.**

Requerimento nº 2221, de autoria do Sr. Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente de Sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2254, de autoria do Sr. Deputado Antonio Belinati, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2255 a 2258, de autoria do Sr. Deputado Luiz Nishimori, constantes do expediente.

Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2259, de autoria do Sr. Deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2260 a 2267, de autoria do Sr. Deputado Plauto Miró, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2282, de autoria do Sr. Deputado Felipe Lucas, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2290, de autoria do Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2292, de autoria do Sr. Deputado Elio Rusch, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2295 e 2296, de autoria do Sr. Deputado Marcelo Rangel, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2298 a 2300, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2304, de autoria do Sr. Deputado Reni Pereira, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2305, de autoria do Sr. Deputado Stephanes Júnior, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2253, de autoria do Sr. Deputado Osmar Bertoldi, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimento nº 2268, de autoria do Sr. Deputado Mamede, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimento nº 2281, de autoria do Sr. Deputado Mauro Moraes, constante do expediente. **Retirado pelo autor.**

Requerimentos nºs 2286 a 2288, de autoria do Sr. Deputado Ney Leprevost, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2289, de autoria dos Srs. Deputados Luiz Malucelli, Rosane Ferreira e Pastor Edson Praczyk, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimento nº 2297, de autoria do Sr. Deputado Duílio Genari, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2301, de autoria do Sr. Deputado Tadeu Veneri, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimento nº 2303, de autoria do Sr. Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2306, de autoria do Sr. Deputado Mauro Moraes, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 08, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 154, 206, 333 e 368/07.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 373, 486, 498 e 496/07.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:

Diretoria Geral

Portarias

PORTARIA Nº 146/07

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta no processo protocolado sob nº 7466, datado de 18 de julho de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder licença para tratamento de saúde (maternidade) da servidora comissionada deste Poder Legislativo, DANIELI DUDECKE, matrícula nº 5941, de cento e vinte (120) dias, a partir de 27 de julho de 2007. CID. X 0.80.0.

Gabinete da Diretoria Geral, 07.08.07.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 147/07

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta no processo protocolado sob nº 7188, datado de 12 de julho de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder licença para tratamento de saúde à servidora deste Poder Legislativo, VERA LUCIA DOS SANTOS DE LIMA, matrícula nº 40019, de sessenta (60) dias, a partir de 22 de junho de 2007. CID. X.G 43.0 e F 32.2.

Gabinete da Diretoria Geral, 07.08.07.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 148/07

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta no processo protocolado sob nº 7686, datado de 30 de julho de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder licença para tratamento de saúde do servidor deste Poder Legislativo, SEBASTIÃO GONÇALVES DE DEUS, matrícula nº 40645, de trinta (30) dias, a partir de 12 de julho de 2007. CID. X. I. 10.

Gabinete da Diretoria Geral, 07.08.07.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

Atas de Comissão

Redação

COMISSÃO DE REDAÇÃO

1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA

ATA DA 40ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezesseis dias do mês de julho do ano de dois mil e sete, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Stephanes Júnior. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Teruo Kato apresentou redação final aos seguintes Projetos de Lei nºs 097, 342, 443 e 421/07 e o Deputado Antonio Belinati apresentou 243, 244, 248, 434 e 467/07. Que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente

Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO

1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA

ATA DA 41ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dois dias do mês de agosto do ano de dois mil e sete, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Stephanes Júnior. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Teruo Kato apresentou redação final ao Projeto de Lei nº 411/07, que foi aprovada sem observações. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada,

será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente
Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
ATA DA 42ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos seis dias do mês de agosto do ano de dois mil e sete, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Stephanes Júnior. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Antonio Belinati apresentou redação final aos Projetos de Lei nºs 258 e 388/07, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente
Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
ATA DA 43ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos sete dias do mês de agosto do ano de dois mil e sete, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Stephanes Júnior. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Teruo Kato apresentou redação final aos Projetos de Lei nºs 236 e 415/07, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente
Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

Publicações Administrativas:

Aditivo Contratual

3º ADITIVO CONTRATUAL

Protocolo: 5582/07

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Contratada: EMBRASIL - Empresa Brasileira de Segurança S/C Ltda

Valor: R\$ 7.303,25 mensais

Dotação: 3390.3700

Vigência: 01/08/07 a 31/12/07

(a) DIRETORIA DE APOIO TÉCNICO

Prorrogação Contratual

5º TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO CONTRATUAL

CONTRATANTE: Assembléia Legislativa do estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, com sede nesta cidade de Curitiba, estado do Paraná, localizada à Praça Nossa Senhora da Salete s/nº, inscrita no CNPJ sob o nº 77.799.542/0001-09, neste ato apresentada por seu Diretor Geral, senhor Abib Miguel;

CONTRATADA: Centro de Educação Infantil Hora de Aprender Ltda, pessoa jurídica de direito privado situado à R. Manoel dos Santos Barreto nº 181 em Curitiba, Paraná, inscrita no CGC/MF sob o nº 04.097.326/0001-30, neste ato representada por sua diretora, Eliane Beckhauser;

OBJETO: A contratada, pelo presente instrumento, compromete-se a direcionar o serviço da escola/creche deste Poder;

PRAZO: Termo inicial: 1º de julho de 2007.

Termo final: 30 de junho de 2008.

PREÇO: Em contraprestação aos serviços prestados a Contratante pagará mensalmente à Contratada o valor de:

50 alunos em período integral	R\$ 350,00 + Convenção Coletiva
35 alunos meio período	R\$ 340,00 + Convenção Coletiva

Permanecem inalteradas todas as demais cláusulas previstas no contrato oriundo do Edital de Tomada de Preços nº 0002/02.

Curitiba, 01 de julho de 2007.

(aa) ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DO PARANÁ
CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL
HORA DE APRENDER

Balancete Financeiro

Junho/07

OFÍCIO Nº 14/07

Curitiba, 11 de julho de 2007.

Senhor Diretor.

Pelo presente venho respeitosamente à presença de Vossa Senhoria apresentar o Balancete Financeiro deste Poder referente ao mês de JUNHO/2007, conforme relatório anexo pedindo para que seja feita a publicação do

mesmo no Diário desta Casa.

Certo de sua atenção reitero a Vossa Senhoria protestos de estima e consideração.

(a) EDISON CARLOS DE OLIVEIRA
Coordenadoria de Contabilidade

ILUSTRÍSSIMO SENHOR
GABRIEL LUIZ FRANCESCHI

Mui Digno Diretor da DAT

Nesta Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

NESTE EDIFÍCIO

BALANCETE FINANCEIRO	MÊS: Junho	REF: GAR260A
ÓRGÃO.....: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ		PAG.: 01
UNIDADE: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ		Data:30/06/2007
MÊS: Junho	Exercício: 2007	

RECEITA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
I - ORÇAMENTÁRIA		
RECEITAS CORRENTES	24.000.000,00	116.700.000,00
Receita Tributária	0,00	0,00
Receita de Contribuições	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00
Transferência Correntes	24.000.000,00	116.700.000,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	700.000,00
Operações de Créditos	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00
Transferências de Capital	0,00	700.000,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
TOTAL DA RECEITA	24.000.000,00	117.400.000,00
II - EXTRA-ORÇAMENTÁRIO		
ATIVO FINANCEIRO	0,00	0,00
Realizável	0,00	0,00
Pendente	0,00	0,00
Interligação de Sistemas	0,00	0,00
PASSIVO FINANCEIRO	129.795,25	913.957,23
Débitos de Tesouraria	0,00	0,00
Depósitos de Diversas Origens	129.795,25	913.957,23

RECEITA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
Cancelamento de Dívidas Passivas	0,00	0,00
TOTAL DO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO	129.795,25	913.957,23
SALDO DO MÊS ANTERIOR		
Caixa	0,00	0,00
Bancos	13.521.330,04	8.388.432,08
Vinculado	0,00	0,00
TOTAL DE SALDOS DO MÊS ANTERIOR	13.521.330,04	8.388.432,08
TOTAL	37.651.125,29	126.702.389,31

BALANCETE FINANCEIRO	MÊS: Junho	REF: GAR260A
ÓRGÃO.....: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ		PAG.: 02
UNIDADE: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ		Data:30/06/2007
MÊS: Junho	Exercício: 2007	

DESPESA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
I - ORÇAMENTÁRIA		
DESPESAS CORRENTES	25.237.176,71	112.803.888,31
Pessoal e Encargos Sociais	22.122.269,51	97.787.511,33
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	3.114.907,20	15.016.376,98
DESPESAS DE CAPITAL	217.504,89	605.288,75
Investimentos	217.504,89	605.288,75
Inversões Financeiras	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00
Outras Despesas de Capital	0,00	0,00
TOTAL DE DESPESAS	25.454.681,60	113.409.177,06
II - EXTRA-ORÇAMENTÁRIO		
RESTOS A PAGAR	0,00	867.142,56
Pagamentos	0,00	867.142,56
Cancelamentos	0,00	0,00
ATIVO FINANCEIRO	0,00	0,00
Realizável	0,00	0,00

DESPESA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
Pendente	0,00	0,00
Interligação de Sistemas	0,00	0,00
PASSIVO FINANCEIRO	0,00	229.626,00
Débitos de Tesouraria	0,00	0,00
Depósitos de Diversas Origens	0,00	229.626,00
Cancelamento de Outros Créditos	0,00	0,00
TOTAL DO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO	0,00	1.096.768,56
SALDO PARA O MÊS SEGUINTE		
Caixa	0,00	0,00
Bancos	12.196.443,69	12.196.443,69
Vinculado	0,00	0,00
TOTAL SALDOS PARA O MÊS SEGUINTE	12.196.443,69	12.196.443,69
TOTAL	37.651.125,29	126.702.389,31

(aa) ABIB MIGUEL - Diretor Geral
GABRIEL LUIZ FRANCESCHI - Diretor da Diretoria de Apoio Técnico
EDISON CARLOS DE OLIVEIRA - Coordenador de Contabilidade

